

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**BRUNO MARQUES SCHAEFER**

**CONDIÇÕES E DINÂMICAS DO SURGIMENTO DE NOVOS  
PARTIDOS NO BRASIL:  
PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014)**

**PORTO ALEGRE**

**2015**

**BRUNO MARQUES SCHAEFER**

**CONDIÇÕES E DINÂMICAS DO SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS NO  
BRASIL:**

**PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014)**

Trabalho de Conclusão submetido ao curso de Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Professora Responsável: Dr<sup>a</sup> Silvana Krause.

**PORTO ALEGRE**

**2015**

**BRUNO MARQUES SCHAEFER**

**CONDIÇÕES E DINÂMICAS DO SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS NO  
BRASIL:  
PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014)**

---

**Profª Drª: Silvana Krause - orientadora**

**UFRGS**

---

**Profª Drª: Maria Izabel Saraiva Noll**

**UFRGS**

---

**Profª Drª: Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz**

**UFRGS**

*Dedico este trabalho para meus pais, Maira e Romário, afinal, sem eles, tudo isso teria se tornado muito mais difícil. Para além deles, no entanto, dedico estas poucas linhas a um poeta que muito teria a dizer: João Darlan Bettanin.*

## AGRADECIMENTOS

São vários os agradecimentos que poderiam ser realizados. Este trabalho, afinal, é somente um dos finais de uma jornada que há muito ocorre, e que muito tem para ser percorrida. No entanto, tentarei ser o mais justo possível com todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes em minha vida nestes últimos três anos... Nos distintos momentos de felicidade, tristeza, crises e arroubos das mais variadas naturezas sentimentais. Pessoas que, por algum meio, entenderam, ou buscaram entender, tudo o que se aconteceu, e que, para o bem e para o mal, ainda acontece.

Agradeço a meus pais, Maira e Romário, pelo apoio incondicional que me deram neste período. Os olhares preocupados e, por vezes até, interessados que, com certeza, foram determinantes para que pudesse estar por aqui hoje. Sou muito grato a tudo o que fizeram por mim.

Agradeço a minha orientadora, Silvana Krause, pelo apoio e pelas inúmeras correções que fez neste esboço de – apenas - algo acadêmico. Os anos de bolsista foram muito frutíferos, com certeza, não só no âmbito universitário. Agradeço a professora Maria Moritz pelo auxílio na elaboração do projeto que deu origem a este TCC e à professora Sara Epitáfio pela leitura acurada deste trabalho e pelas inúmeras dicas dadas ao longo das cadeiras em que fui seu aluno. É evidente, no entanto, que qualquer erro, ou deslize, é de minha inteira responsabilidade.

Agradeço aos amigos que constitui, mantive e fortaleci durante este período. Luiz Otávio, pela constante parceria e os inúmeros momentos de conforto e sinceridade. “Lizoto”, valeu mesmo pela amizade que, singela, permanece até hoje. Otávio, por compartilhar algumas semelhanças de gosto literário (platônico-materialistas), e, igualmente, pela parceria que, ao longo do tempo, fomos constituindo. Wagner... Waguinho, com sua retumbante seriedade, construímos uma interessante amizade nos corredores do IFCH, por entre expectativas e, incólumes, frustrações. Valeu por tudo. Alex, co-fundador da zine mais “querida” da região, valeu pela força nos distintos momentos, e a sobriedade alentadora de seus conselhos e percepções acerca do contexto que nos cerca. Vitória, uma querida colega que em todos os momentos, e a sua maneira, buscou dar força aos mais distintos sentimentos, agradeço sou. Joelson, “Fera”,

agradeço por permanecer ao meu lado, sempre confiando em meu potencial, sempre me incentivando e me aconselhando. Desculpe por não seguir todos os seus conselhos (sic). Eoli, obrigado por todos os debates que travamos, obrigado pelas vontades e pelas constantes provocações. Apesar de tudo, ainda continuo fiél aos princípios que regiram nosso incompleto coletivo. Agradeço a Tayme (por que não?), por sempre me desafiar “literariamente”, me testando em meus limites mais intocáveis.

Mesmo com a distância e os momentos de silêncio, agradeço a amigos que sempre estiveram por ali quando precisei: Cássio, pela amizade longínqua, Augusto, Guilherme, Jacó (importantíssimo no meu processo de formação), Professora Mônica... Todos, de alguma forma, merecem mais do que minhas palavras. Aos amigos do “Hospício Vozes”: José, meu mestre, Giane e Luis, por seu inúmeros conselhos.

Agradeço a meus familiares, igualmente, pelas “forças” e por, simplesmente, estarem ali durante todo este período... Às avós: Iraci e Eri, às tias: Márcia, Marta e Janine, às primas: Ana, Eduarda, Eloisa. Apesar da distância, creio eu, todos os momentos que passamos juntos tiveram a sua relevância. Não são palavras presas ao papel que poderão definí-los.

Em suma, por não ser homem de religião, não agradecerei ao não-concreto, mas, por ser homem de fé, agradeço aos laços, sutis ou estrondosos, que proporcionaram que estivesse aqui hoje. Sendo o destino ou a constante repetição de coincidências o que ocorre é que se me formo é porque, além de todas as questões individuais, um coletivo de sujeitos auxiliou-me no caminho que, por fim, cheguei.

*“No que toca à minha humilde pessoa, confesso com toda a sinceridade que como autor sou um rei sem terra, mas também em temor e muito tremor, um autor sem quaisquer pretensões”. KIERKEGAARD, Soren. O Conceito de Angústia. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.*

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1: Arcabouço Jurídico – Fundação e Funcionamento	p.28
Tabela 1: Tipologias	p.18
Tabela 2: Estrutura – Condições Econômicas	p.33
Tabela 3: Conjuntura – Condições Políticas	p.37
Tabela 4: Origem – Parlamentares que compõem os partidos	p.38
Tabela 5: Padrão de Recrutamento – Câmara dos Deputados	p.39
Tabela 6: Confiança nos Partidos Políticos no Brasil	p.49
Tabela 7: Candidatos ao Executivo Estadual – PSD, PROS e Solidariedade (2014)	p.50
Tabela 8: Bancadas na Câmara dos Deputados	p.51



## **LISTA DE SIGLAS**

CGT – Central Geral do Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas

HGPE – Horário Gratuito Político-Eleitoral

LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## **RESUMO**

Durante a 54ª Legislatura (2011-2015), cinco novos partidos foram fundados no Brasil. Destes, três (PSD, PROS e Solidariedade), já surgiram com expressivas bancadas parlamentares (93 deputados (18,3% do total), e mais quatro senadores (4,9% do total)). Neste trabalho, nos orientamos em resolver o problema do por quê surgem estes partidos, ou seja, quais fatores – sociais, institucionais ou de natureza da dinâmica dos atores – impactam nestes processos de surgimento. Iniciamos, pois, com uma (1) revisão da bibliografia que trata, em geral, dos partidos políticos enquanto objeto de pesquisa, e, em especial, da bibliografia que dá conta dos processos de surgimento de novos partidos, em democracias consolidadas e emergentes. Trazendo os conceitos de “cálculo estratégico” e “facilitadores políticos”, reconstruímos, também, (2) as condições gerais (institucionais e conjunturais) do surgimento de novos partidos no Brasil durante o contexto estudado; bem como (3) as condições e características particulares de fundação de cada um destes partidos. Ao final, podemos, então, comprovar nossa hipótese inicial, qual seja: PSD, PROS e Solidariedade surgem “internamente”, ou seja, a partir das regras e dinâmicas específicas do campo político brasileiro. Nem os constrangimentos institucionais (ou ausência destes), nem a conjuntura política, isoladamente, dão conta do fenômeno. Estes elementos são necessários, porém não suficientes. A dinâmica dos atores, enquanto circulação de elites já inseridas politicamente, constitui um aspecto essencial para o entendimento deste processo. Estes partidos, portanto, apesar dos novos registros, são organizados por grupos e lideranças já inseridas no jogo político formal que, com eles, abrem novos espaços de oportunidades.

**Palavras-Chave:** Novos partidos, PSD, PROS, Solidariedade e Campo Político.

## **ABSTRACT**

During the 54th Legislature (2011-2015), five new parties were founded in Brazil. Among them, three (PSD, PROS and Solidariedade), have emerged with significant participation in Parliament (93 deputies (18.3% of the total) and four senators (4.9% of total)). In this paper, we intend to solve the problem why these parties emerge, and which aspects - social, institutional or the dynamics of the actors – impact in the emergence of these processes. We begin then with a (1) review of the literature that deals in general of political parties as a research object, and in particular the literature which reflects the emergence of new parties in consolidated and emerging democracies. Bringing the concepts of "strategic calculation" and "political facilitators", we also rebuilt, (2) the general conditions (institutional and situational) of the emergence of new parties in Brazil during the study context; and (3) the specific foundation conditions and characteristics of each of these parties. As a conclusion, we can confirm our initial hypothesis, namely: PSD, PROS and Solidariedade arise "internally", that is, from the specific rules and dynamics of the Brazilian political field. Institutional constraints and/or social aspects, isolated, can't explain the phenomenon. These elements are necessary, but not sufficient. The dynamic of the actors, considering the movements of already politically inserted elites, is an essential aspect to understand this process. These parties, despite the new records, are organized by groups and leaders that are already into the formal political game and, with these new records the leaders can open new spaces of opportunity.

**Key-Words: New Parties, PSD, PROS, Solidariedade and Political Field.**

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>p.14</b>
<b>Capítulo I: Os Partidos Enquanto Objeto</b>	<b>p.17</b>
I.I O Debate na Ciência Política	p.17
I.II Partidos no Brasil (Pós-1979)	p.23
<b>Capítulo II: Condições Gerais da Emergência de Novos Partidos no Caso brasileiro (2011-2014)</b>	<b>p.25</b>
II.I Aportes Preliminares	p.25
II.II Custos de Entrada	p.28
II.III Possibilidade Suporte Eleitoral	p.32
II.IV Benefícios de Composição	p.34
II.V Considerações Preliminares	p.40
<b>Capítulo III: PSD, PROS e Solidariedade</b>	<b>p.41</b>
I Comportamento dos Partidos Existentes	p.41
<i>Premissa</i>	p.41
<i>PSD: A Máquina Governamental</i>	p.42
<i>PROS: O empreendedorismo partidário</i>	p.44
<i>Solidariedade: com a “Força” em marcha</i>	p.46
<i>Quadro Relacional</i>	p.47
II Resposta dos Eleitores	p.48
<i>Premissa</i>	p.48
<i>A Arena Eleitoral</i>	p.48
<i>Eleições de 2014</i>	p.50

III. Organizações Externas	p.52
<i>Premissa</i>	p.52
<i>Partidos e Organizações Externas</i>	p.52
IV. Liderança	p.53
<i>Premissa</i>	p.53
V. Considerações Preliminares	p.56
<b>Considerações Finais</b>	<b>p.58</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>p.62</b>
<b>Anexos</b>	<b>p.69</b>

## INTRODUÇÃO

Durante a 54<sup>a</sup> Legislatura da Câmara dos Deputados, cinco novos partidos foram fundados no Brasil<sup>1</sup>. Destes, três já surgiram com expressivas bancadas no Congresso Nacional, arrematando, em seu momento originário, 93 deputados (18,3% do total), e mais quatro senadores (4,9% do total). Ou seja, sem passar pelo “teste das urnas”, estas organizações mostraram grande capacidade de cooptação de congressistas e, logo, poder de barganha junto ao Executivo<sup>2</sup>. A questão que tentamos responder é: quais são os elementos – institucionais, sociais e/ou históricos – que influenciam o surgimento de PSD, PROS e Solidariedade?

O estudo sobre partidos políticos, em geral, e de novos partidos, em particular, faz-se importante, pois na democracia representativa em que vivemos, estes servem, segundo ÁLCANTARA SAÉZ & FREIDENBERG (2002, p.138), como: “(...) claros eixos que entrelaçam de uma maneira estável e previsível a sociedade com o regime político”. Os partidos competem entre si nas eleições, esta é a atividade que os difere de outras organizações (PANEBIANCO, 2005), compõem governos (MENEGUELLO, 1998), estruturam as disputas e demandas políticas na sociedade, muito mais do que somente as representam (OFFE, 1984), bem como dão funcionalidade às instituições políticas, como o Legislativo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Os novos partidos, por sua vez, são objeto de uma bibliografia específica, que busca dar conta das “causas” de seu surgimento e as razões de seu “sucesso” ou “fracasso”. Preliminarmente, no entanto, poderíamos indagar o que é, ou o que constitui, um novo partido? A questão não é de simples resposta. Neste trabalho, partimos de uma definição exclusivamente temporal: analisamos PSD, PROS e Solidariedade, pois estas organizações obtiveram um registro novo, anteriormente não existente. A partir deste viés é que realizamos a análise, desconsiderando outros elementos, afinal, os novos partidos são organizações que podem ser representantes de novas demandas sociais: caso dos Partidos Verdes, ou mesmo representarem a inclusão

---

<sup>1</sup> Além de PSD, PROS e Solidariedade, também foram fundados os partidos: PPL (Partido Pátria Livre) e PEN (Partido Ecológico Nacional). O primeiro em 2011 e o segundo em 2012.

<sup>2</sup> A resolução 22.610/2007, neste sentido, veio ao encontro desta movimentação, afinal, segundo KRAUSE & GERARDI (2012, p.02): “(...) possibilitou a mudança de legenda sem perda de mandato em caso de criação de um novo partido dando abertura para que lideranças políticas tivessem a alternativa de buscar novos caminhos no quadro partidário brasileiro instituído”.

de clivagens sociais, anteriormente excluídas: caso dos Partidos Índigenas na Bolívia, por exemplo. Ou, como destacamos, a partir de nosso objeto, a reordenação de atores políticos já incluídos. Este último enfoque admite que certos aspectos são necessários para a explicação do surgimento de novos partidos, entre eles: as regras da representação ou o momento histórico, mas mesmo assim são insuficientes para darem conta do referido fenômeno. A dinâmica dos atores e a percepção de uma parcela da elite de que o momento é propício para a fundação de um novo partido são determinantes. O controle de determinadas zonas de incerteza, o incremento de capital no campo político<sup>3</sup>, ou mesmo a estratégia de sobrevivência sob uma nova “roupagem”, são elementos importantes nessa percepção acerca da viabilidade de uma nova organização. Os novos partidos são, portanto, um objeto de estudo interessante, pois podem afetar a estabilidade do sistema político, bem como alterar os parâmetros de competição política (ÁLCANTARA SAÉZ & FREIDENBERG, 2002).

No Brasil, os partidos possuem antecedentes históricos que remetem ao Império (FLEISCHER, 2007)<sup>4</sup>. E, na democracia atual, ocupam um espaço central no debate público e na disputa política, sendo referenciados, por uma parcela de estudiosos, como estruturas frágeis, personalistas e oligarquizadas. Logo, são organizações vistas como não cumpridoras de suas funções básicas. Há quase um consenso, no senso comum e mesmo na bibliografia especializada, que os partidos estão em declínio e não representam a sociedade. São vistos como estruturas voláteis e siglas que servem ao movimento de lideranças em busca do poder, o que, na visão de alguns autores, expõe a democracia brasileira como “indolente”<sup>5</sup> (MAINWARING, 1996; AMES, 2003). No entanto, este diagnóstico é, por vezes, pouco ancorado em pesquisas empíricas sólidas, ou está orientado por “tipos ideais” não observáveis no caso brasileiro<sup>6</sup>. Devido à bibliografia sobre partidos brasileiros, na análise sobre novas e recentes criações (como o PSD, o PROS e o Solidariedade), ser escassa, faz-se necessário pesquisas empíricas

---

<sup>3</sup> BOURDIEU (2011, p.201): “Um campo é um campo de forças, é um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado”.

<sup>4</sup> No Império, temos o exemplo do Partido Liberal e do Partido Conservador, ambos revezavam a formação dos gabinetes, de acordo com a conjuntura.

<sup>5</sup> Segundo os autores, o sistema de eleições proporcionais, os distritos de grande magnitude (estados), e o número elevado de partidos mostram que o sistema brasileiro é frágil.

<sup>6</sup> A utilização das tipologias, como o partido de massas de Duverger (1992), ou de quadros, deve ser feita com cuidado, afinal, o autor tratou de um caso específico, temporal e espacialmente. Não se pode, simplesmente, transmutar esta classificação para o caso completamente distinto, como o brasileiro.

para melhor compreender estes surgimentos, especialmente, seus momentos originários e suas organizações.

Para avançar neste objetivo, neste trabalho pretendemos estudá-los a partir do enfoque nos atores sociais, pois esta abordagem parece ser a mais indicada para a compreensão deste fenômeno brasileiro no âmbito partidário. A circulação de elites, muito mais que fraturas sociais ou permissividades institucionais, torna-se um fator de suma importância para o entendimento destes surgimentos. Atentando aos limites desta proposta, buscamos responder as questões a partir de dois eixos principais: 1) a análise das condições gerais (institucionais e sociais) do surgimento de novos partidos no Brasil; 2) e a análise dos casos específicos de PSD, PROS e Solidariedade. Começamos, no entanto, com uma breve revisão bibliográfica do tema.



## **CAPÍTULO I: Os Partidos Enquanto Objeto**

Dividimos esta revisão em duas partes. Em termos analíticos, este recorte possibilita uma visualização mais completa dos debates acerca da temática partidária, em geral, e de novos partidos, em particular. Na primeira parte buscamos dar conta, brevemente, da revisão do tema em uma perspectiva mais geral da ciência política (constituição do fenômeno partidário, tipologias e a bibliografia que dá conta do surgimento de novos partidos em democracias consolidadas e emergentes); e na segunda, estamos orientados a elucidar o debate acerca das organizações partidárias no Brasil no período pós-transição, tendo como marco a reforma partidária de 1979.

### **I.I O Debate da Ciência Política**

Desde o surgimento do fenômeno partidário moderno, no final do século XIX, obras seminais como: “Democracy and the Organization of Political Parties (1902)”, de Ostrogorsky, “Sociologia dos Partidos Políticos [1914] (1982)”, de Michels, e “Economia e Sociedade [1922] (2009)”, de Weber<sup>7</sup>, se propõem a realizar uma análise organizacional dos partidos políticos. No caso de Michels, este estudo é específico acerca do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), da Alemanha, e, o que o autor chamou, de sua organização ‘oligárquica’<sup>8</sup>. Posteriormente, o trabalho de Duverger [1951] (1992), também deu importante contribuição, pois realizou o esforço de classificar, a partir de tipologias, o surgimento e a organização dos partidos. O estudo dos partidos enquanto organizações, levando em consideração as estruturas partidárias, no seu momento originário, e posterior institucionalização, tornou-se um campo fértil. As tipologias, no entanto, enquanto estratégias de pesquisa, são datadas, tanto espacial quanto temporalmente (FRETEL, 2011). O modelo de DUVERGER (1992), por exemplo, foi centrado na Europa, no início do século XX, e deu conta de dois ‘tipos ideais’ de partidos: quadros e massas. O primeiro, oriundo de grupos parlamentares e comitês eleitorais (ou seja, interno ao sistema), tenderia a ser superado pelo segundo, na medida em que este (oriundo de ‘fora’), com uma organização extra-parlamentar sólida,

---

<sup>7</sup> WEBER, apesar de não realizar um estudo sistemático dos partidos, confere às organizações partidárias uma classificação interessante (2009): partido de patronato, partido estamental e partido ideológico.

<sup>8</sup> MICHELS (1982, p.234): “O partido, como formação externa, mecanismo, máquina, não se identifica necessariamente com a totalidade dos membros inscritos, e menos ainda com a classe. Tornando-se um fim em si mesmo, dando-se propósitos e interesses próprios, ele se separa pouco a pouco da classe que representa”.

filiação em massa, formas de financiamento alternativas, recorte de classe e forte disciplina, o sobrepujaria, o que DUVERGER (1992, p.19), chamou de: “(...) contagio de la izquierda (...)”. A prescrição do autor, em sua totalidade, não se concretizou e o que se passa é a adaptação dos modelos às novas realidades<sup>9</sup>. A Tabela 1 expõe, de modo geral, a evolução desta estratégia de pesquisa:

Tabela 1 - Tipologias.

Autor	Classificação	Período	Características Principais
DUVERGER (1992)	1 - Partido de Quadros e 2 - Partido de Massas	1880-1960	1 – Número pequeno de membros, caráter individual da representação, partido se coloca entre o Estado e a Sociedade Civil ‘relevante’. 2 – Número grande, e homogêneo, de membros, caráter coletivo da representação, partido se coloca como representante de um segmento da sociedade perante o Estado.
KIRCHHEIMER (1966)	Partido <i>Catch-All</i>	1945 -	Número grande, e heterogêneo, de membros, caráter coletivo da representação, partido se coloca entre a sociedade e o Estado (quase de forma autônoma).
KATZ; MAIR (1995)	Partido Cartel	1970 -	Número indefinido, e heterogêneo, de membros, caráter ‘estatal’ da representação, partido se coloca como agente do Estado.

Elaborado pelo autor, a partir de KATZ e MAIR (1995).

KIRCHHEIMER (1966), ao analisar os partidos de massa após a II Guerra Mundial (período não abarcado por Duverger), percebe que estes passam a possuir estruturas muito mais fluídas, tornando-se, aos poucos, máquinas de arrecadar votos, sem programas, ou vinculações de classe, tão claros<sup>10</sup>. O autor afirma: “Por razões eleitorais, o partido *catch-all* democrático intenciona lançar da maneira mais abrangente possível uma rede sobre uma clientela potencial; deve continuar a expressar os amplos sentimentos de preocupação popular”<sup>11</sup> (1966, p.189). Ou seja, os partidos *catch-all*, apesar de não estarem situados exclusivamente como canais ‘naturais’ de classe, possuem vínculos sociais. O partido representa, de certa forma, um canal intermediário,

<sup>9</sup> No entanto, os moldes ‘gerais’ da teoria do autor devem ser valorizados (PERES, 2009).

<sup>10</sup> OFFE (1984) caracteriza esta organização como ‘partido competitivo’.

<sup>11</sup> “For electoral reasons, the democratic catch-all party, intent on spreading as wide as possible a net over a potential clientele, must continue to express widely felt popular concerns”. (Tradução livre).

entre demandas sociais e o Estado<sup>12</sup>, ao contrário do que KATZ e MAIR (1995), afirmam, posteriormente, como a nova classificação para os partidos europeus, após 1970: o partido cartel. Este possui uma estrutura próxima ao Estado e distante da sociedade. Sua organização se torna dependente dos recursos estatais, tais como o fundo partidário e o acesso ao horário eleitoral gratuito, e o partido não busca mais fontes alternativas de financiamento, como as antigas organizações de massa do início do Século XX. O cartel, segundo os autores, significa que, mesmo não sendo vitorioso nas eleições, o partido (KATZ & MAIR, 1995, p.22), nunca está totalmente ‘fora’ do sistema, afinal, continua recebendo os mesmos subsídios.

As tipologias avançam de acordo com as mudanças nas próprias sociedades que conformam o surgimento deste ou daquele partido. No entanto, pontuamos, não podem servir como cânones de algo aplicável *per se*. Pelo contrário, devem servir de modelos testáveis a determinado momento<sup>13</sup>, e em determinado lugar, afinal, esta estratégia de pesquisa dá conta, essencialmente, do contexto europeu, deixando de lado as (PERES, 2009, p.42): “(...) novas democracias, especialmente as presidencialistas, [que] ainda estão à espera de teorizações originais que possam dizer mais sobre seus partidos do que a pouco esclarecedora conclusão de que eles seriam “subdesenvolvidos””.

Ao situar sua posição sobre o estudo dos partidos SAWICKI (2013) se coloca em um local intermediário: entre a análise organizacional (as tipologias apresentadas anteriormente), e a análise social (de origem marxista). A primeira, nas palavras do autor (2013, p.15): “(...) tem incontestavelmente levado a simplificar a análise”, principalmente, porque não se preocupa, sistematicamente, com o contexto da construção social das organizações. E a segunda também se mostra insuficiente, por (2013, p.13): “(...) tratar os partidos como caixas pretas”. Esta abordagem desconsidera, por exemplo, as próprias regras de funcionamento interno dos partidos, colocando-os enquanto ‘naturais’ representações de classe<sup>14</sup>. Os partidos, apesar da óbvia vinculação

---

<sup>12</sup> PANEBIANCO (2005) avança na análise e coloca os dois tipos ‘ideais’ de Duverger em perspectiva. O autor italiano propõe a ideia de partido profissional-eleitoral e partido burocrático de massa.

<sup>13</sup> PERES (2009, p.43): “Ocorre que o maior equívoco cometido pela literatura especializada foi ter rejeitado toda elaboração teórica de Duverger ao perceber que sua tipologia não mais seria válida. De fato, a classificação dicotômica partidos de massas/partido de quadros perdeu sua consistência empírica com o passar dos anos, se é que teve real validade em algum momento; porém, sua tipologia é apenas um dos três eixos da teorização duvergeriana e, de modo algum, o mais importante, ao contrário do que se costuma pensar”.

<sup>14</sup> GRAMSCI (2004).

com o ambiente social e o momento histórico que os possibilitam, também possuem reações perante o externo, disputas, circulações internas<sup>15</sup> (PANEBIANCO, 2005). SAWICKI, então, propõe uma análise que leva em conta pontos essenciais da perspectiva organizacional, mas dando mais atenção às redes sociais que constituem (e mantém) o partido ou que o (2013, p.20): “entrecruzam”, entre outros aspectos. WOLINETZ (2002), também realiza uma crítica às tipologias, trazendo elementos que possibilitariam uma classificação não-dicotômica e multidimensional, ou seja, colocando as organizações partidárias em um *continuum* (2002, p.150): partidos mais orientados ideologicamente (*policy-seeking*), partidos mais orientados pela busca de votos (*vote-seeking*), e partidos mais orientados pela garantia da manutenção no governo (*Office-seeking*).

Neste ponto, fazemos uma inflexão. A bibliografia exposta acima busca dar conta do surgimento do fenômeno partidário e analisa estas organizações a partir, principalmente, de sua estrutura e organização. Duverger, como mencionado anteriormente, caracteriza a origem dos partidos enquanto a conformação de grupos parlamentares e comitês eleitorais (origem interna), ou enquanto a conformação de classes sociais em direção ao Parlamento (origem externa). LA PALOMBARA & WEINER (1966), falam em ‘crises’ (participação, integração e/ou legitimidade) como propulsores do surgimento dos partidos. No entanto, há outra bibliografia que trata, especificamente, do surgimento de novos partidos<sup>16</sup>. Esta distinção é importante: o surgimento do fenômeno partidário, apesar de elementos comuns, não serve, em absoluto, para explicar o surgimento de novos partidos. Esta agenda de pesquisas, se não representa uma preocupação necessariamente ‘atual’, é profícua e se encontra em expansão. Centra-se, principalmente, na investigação das ‘causas’ de surgimento de novos partidos, e seu momento posterior de sucesso, ou fracasso. Tem como objeto de análise o surgimento de novos partidos em democracias consolidadas (WILLEY, 1998; HAUSS & RAYSIDE, 1978; HARMEL & ROBERTSON, 1985), e se expande no contexto das novas democracias (Leste Europeu) e o chamado ‘Terceiro Mundo’ (Américas, Ásia e África) (TAVITS, 2007; VAN COTT, 2003). As abordagens quanto

---

<sup>15</sup> Neste sentido, FRETTEL, apesar de também criticar o modelo ‘tipológico’, valoriza alguns elementos trazidos por Duverger, e apregoa a necessidade de olhar mais para (2011, p.322): “(...) à estrutura do que às ideias ou aos programas defendidos pelos partidários desse ou daquele grupo. [e ainda] (...) voltar à gênese das formações partidárias para melhor compreender (...)”.

<sup>16</sup> Citada nas próximas páginas.

a este fenômeno são variadas, mas, para efeito deste trabalho, nós as classificaremos a partir de três principais vertentes, propostas por KESTLER, KRAUSE & LUCCA (2013, p.160):

- 1) Enfoque social ou histórico: explica o surgimento de novos partidos, a partir de momentos históricos de transformação social, tais como: o surgimento de novas demandas em sociedades com valores pós-materialistas, e a canalização destas em uma organização (caso dos vários Partidos Verdes) (IGNAZI, 1995); a politização de clivagens sociais, anteriormente excluídas da política, a partir da institucionalização de movimentos sociais (caso dos partidos indígenas, na Bolívia principalmente) (VAN COTT, 2003); ou enquanto ‘fraturas’ sociais, frutos da queda de um regime (emergência das esquerdas latino-americanas no período de transição política pós-ditadura), por exemplo (LÓPEZ, 2005).

A constituição dos primeiros partidos europeus de massa, após a adoção do sufrágio universal (no final do século XIX), também pode ser entendida a partir deste enfoque (DUVERGER, 1992). Afinal, o alargamento do sufrágio altera as relações entre representantes e representados: os *notáveis* são substituídos pelos agentes partidários profissionais e os partidos, então, principalmente socialistas, surgem com a função de incluir e canalizar as demandas das classes trabalhadoras no processo político formal (MARENCO & NOLL, 2012).

- 2) Enfoque institucional: incentivos que auxiliam no processo de formação de partidos. Impacto da representação proporcional, enquanto ‘propulsor’ do multipartidarismo (devido à correspondência entre voto e cadeira), ou seja, esta forma de representação gera fortes incentivos a uma nova organização, que, mesmo sem estrutura forte, pode conseguir vagas no Parlamento (HARMEL & ROBERTSON, 1985; WILLEY, 1998); o federalismo, sistema descentralizado de governo que ‘facilita’ a existência de organizações regionais; ou o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Bem como, a presença de incentivos legais: como a legislação partidária, a existência, ou não, do fundo partidário, ou a facilidade de registro da organização.
- 3) Enfoque dos atores: estabelece a criação de uma nova legenda como parte de uma estratégia de sobrevivência política de determinadas elites: por exemplo o

*Kadima*, partido israelense (BARNEA & RAHAT, 2009); personalismo, o líder como grande ‘propulsor’ da organização, caso da Forza Italia, de Silvio Berlusconi, e facilitadores políticos, comportamento dos partidos consolidados, valores culturais associados ao sistema partidário, a existência ou não de organizações extra-partidárias (sindicados, movimentos sociais, grupos de interesse) (HAUSS & RAYSIDE, 1978), mas, sobretudo, a percepção, por parte do grupo interessado na fundação, de que o momento é, realmente, propício (TAVITS, 2008).

Esta sistematização não hierarquiza as condições, nem pressupõe que uma tem exclusiva preponderância sobre as demais, mas leva em conta o tipo de abordagem corrente entre os autores. VAN COTT (2003), por exemplo, ao analisar o caso boliviano, nas eleições de 2002, considera múltiplos eventos que ‘possibilitaram’ o surgimento e o sucesso de novos partidos indígenas na competição eleitoral: a mudança institucional (adoção de um regime de votação distrital uninominal, que ajudou grupos concentrados geograficamente), insatisfação com a “responsividade” (*accountability*) dos partidos existentes, amadurecimento dos movimentos políticos indígenas (sua institucionalização), frustração de grande parte da população com os governos Banzer e Quiroga e o fortalecimento de sentimento nacionalista e anti-imperialista. A autora afirma (2003, p. 774): “Nenhuma destas cinco variáveis discutidas anteriormente sozinhas poderiam explicar os resultados das eleições de 2002<sup>17</sup>”.

Outras questões que se apresentam no estudo de novos partidos são: “o que há de novo nestes casos?”, ou: “o quanto um partido recém-fundado já não está inserido no sistema?”. Essas indagações são importantes, afinal, os novos partidos, nem sempre representam novas demandas, ou representam a politização de tensões e/ou clivagens sociais anteriormente excluídas (HARMEL & ROBERTSON, 1985). O reordenamento de elites já incluídas no jogo político que se apresentam, após um cálculo estratégico, sob a forma de uma nova legenda, é comum em diversos sistemas partidários. O mesmo vale também, por exemplo, para as cisões e/ou fusões que geram novos partidos. Esta é uma agenda pouco explorada pela ciência política e merece estudos mais aprofundados

---

<sup>17</sup>“None of the five variables discussed above alone can explain the stunning results of the 2002 elections” (Tradução livre).

e sistemáticos. O índice de *newness*<sup>18</sup>, por exemplo, se apresenta como uma das alternativas para a identificação do grau de novidade de um partido, pois elenca diversos fatores que caracterizam a nova organização, colocando-a em um *continuum* (desde uma organização totalmente nova, até uma extremamente inserida no sistema). A aplicação deste índice permite observar se o partido possui um programa distinto dos demais, se suas estruturas organizativas diferem do que já está inserido, ou, mesmo, se os candidatos recrutados pelo partido não detêm mandatos, ou participaram de governos.

### **I.II Partidos no Brasil (Pós-1979)**

Em 1979, o Regime Militar brasileiro impôs o retorno ao multipartidarismo (BAQUERO, 1984), como parte da estratégia de dividir a oposição, anteriormente sob o comando do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Essa reforma partidária alcançou, em parte, seus objetivos, ao criar apenas um partido ‘governista’, o Partido Democrático Social (PDS) e dividir a oposição em quatro partidos (PMDB, PDT, PTB e PT)<sup>19</sup>. Desde então, o que podemos observar foi a multiplicação de organizações partidárias, em certas ‘fases’ políticas do país (FLEISCHER, 2007). O novo momento suscitou diversos estudos que buscaram dar conta destas distintas configurações, a partir de ângulos e indagações específicos, tais como: o sistema partidário em suas virtudes e fraquezas (MAINWARING, 1996; AMES, 2003; NICOLAU, 1996); o grau de disciplina dos partidos no Legislativo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995); os partidos e a composição dos governos (MENEGUELLO, 1998); e, mesmo, o perfil social e ideológico das organizações partidárias (RODRIGUES, 2002). Estes trabalhos têm em comum, apesar das diferentes abordagens, o fato de tomarem o fenômeno partidário recente em conjunto. Ou seja, não tratam, especificamente, deste ou daquele partido enquanto organização individual. Neste sentido, no Brasil, os estudos que seguem esta linha ainda são escassos, como afirma AMARAL (2013, p.25): “(...) pouco sabemos como se estruturam os partidos políticos brasileiros que se organizaram desde o final do Regime Militar (1964-1985)”. Ainda segundo este autor, a bibliografia que observa as organizações partidárias como objeto pode ser dividida em dois grandes blocos: os estudos sobre o PT e os estudos sobre os demais ‘grandes’ partidos.

---

<sup>18</sup> BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. ‘Out with the old, in with the new’: What constitutes a new party?. **Party Politics**, 2011, n° 17. Para melhor explicitação ver anexo 1.

<sup>19</sup> O PP (Partido Popular), em 1982, acaba sendo englobado pelo PMDB (FLEISCHER, 2007).

Neste sentido, o PT, de longe, foi o partido mais estudado pela ciência política, tanto brasileira como internacional. Há uma gama de trabalhos que investiga a sua origem (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991), sua organização interna (LACERDA, 2002), as mudanças que possibilitam a chegada ao poder (HUNTER, 2010), bem como a sua vinculação com a sociedade civil (AMARAL, 2011; RIBEIRO, 2008). Os “outros” partidos possuem pouca ou nenhuma, atenção<sup>20</sup>. Este movimento, que não é exclusivo do Brasil, expõe uma grande dificuldade, da própria análise política, em dar conta dos partidos conservadores (FRETEL, 2011). Estes, ainda segundo FRETEL (2011, p.322): “(...) foram como que tomados de ilegitimidade científica”, considerados como “partidos genéricos”, ou simples aglomeração de oligarquias que, no caso brasileiro, representariam a própria evidência de uma “democracia indolente”. Segundo MAINWARING (1996, p.289): “Los aspectos más distintivos de los partidos brasileños son sua fragilidad, su naturaleza efímera, sus débiles raíces en la sociedad y la autonomía que gozan los políticos de los partidos ‘captatodos’ en relación a sus partidos”. Esta interpretação, pouco ancorada em base empírica, aponta o declínio e a crise dos partidos (MENEGUELLO, 1998), explicitando que estes já não mais cumprem as suas funções mais básicas, quais sejam: articular a competição eleitoral, estruturar a opinião a partir de eixos políticos e, mesmo, tornar: “(...) operativo o sistema político” (ÁLCANTARA SAÉZ & FREIDENBERG, 2002, p.139). Neste sentido, colocamos a importância do estudo sistemático das organizações internas destes partidos, conservadores ou não, e a investigação das causas de seus surgimentos (enquanto representações de novas demandas sociais ou somente a reordenação de elites políticas já inseridas). Este campo apresenta-se em aberto, com poucos trabalhos realizados ou em andamento (KRAUSE & GERARDI, 2014).

---

<sup>20</sup> Ver sobre o PFL, por exemplo (CORBELLINI, 2005), e sobre o PSDB (ROMA, 2002).



## **CAPÍTULO II: Condições Gerais da Emergência de Novos Partidos no Caso brasileiro (2011-2014).**

### **II.I Aportes Preliminares**

Neste capítulo buscamos responder a questão do por quê surgiram PSD, PROS e Solidariedade. Uma parte da literatura que trata do tema de novos partidos elenca, como colocamos anteriormente, diversos fatores, ou variáveis, que podem dar conta do fenômeno dos novos partidos, em democracias consolidadas ou recentes. Variáveis estruturais, como a taxa de crescimento econômico do país, o nível de desemprego ou mesmo a inflação são recorrentes nos trabalhos elaborados. Em termos dedutivos, se pressupõe que altas ou regulares taxas de crescimento econômico possuem um efeito negativo sobre o surgimento de novos partidos (TAVITS, 2008), pois com a economia indo bem, os eleitores acabam por premiar os que estão no poder – identificados como causadores desta condição. Assim, níveis altos de desemprego e/ou inflação possuem efeitos positivos sobre o surgimento e, mesmo, o sucesso de novos partidos, afinal, o cenário ruim acarreta incentivos a novos atores. Outros fatores, a partir desta perspectiva, também são elencados: diversidade/heterogeneidade étnica do país (incentivo a partidos identificados com este ou aquele grupo), tamanho da população ou, mesmo, o nível de desigualdade econômica (HARMEL & ROBERTSON, 1985).

Variáveis institucionais, como a fórmula de seleção dos parlamentares (proporcional ou majoritária), o federalismo, o presidencialismo, a existência de um fundo de financiamento público para os partidos, ou mesmo outros fatores institucionais específicos que “incentivam” a criação de novos partidos: custos de registro e número de assinaturas necessárias, também entram na conta de diversos autores. O que, no entanto, não pode escapar de vista é a impossibilidade de isolar cada uma destas variáveis de um contexto mais amplo. A simples existência da representação proporcional não é causa *sine qua non* do surgimento de novos partidos, como afirmaria DUVERGER (1992), mas constitui, ao lado de outras variáveis, uma janela de oportunidades aos atores no caso de virem formar uma organização. LUCARDIE (2000) trabalha com o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” para tentar dar conta desta miríade de variáveis. HAUSS & RAYSIDE (1978), em trabalho pioneiro, deixam claro que as condições sociais (tratadas por eles como clivagens), e as condições

institucionais são necessárias para o aparecimento de novos partidos, mas não suficientes. Os autores elaboram o conceito de “facilitadores políticos”: comportamento dos partidos políticos *insiders*, resposta dos eleitores, existência de uma liderança política forte e, mesmo, a existência de uma organização externa, para dar conta do fenômeno de novos partidos.

TAVITS (2006; 2008), trabalha com um modelo mais elaborado. Partindo do pressuposto teórico de que os novos partidos surgem, sobretudo, a partir da vontade da elite que o organiza, a autora busca testar empiricamente as condições que tornam possível este surgimento. Um cálculo estratégico, elaborado pelos atores, é determinante, afinal, segundo TAVITS (2006, p.102): “(...) o partido que entra na disputa, a sua recompensa é igual ao benefício de entrar no Gabinete (b), vezes a probabilidade de ser eleito (p), menos os custos de entrada”<sup>21</sup>.

Os custos de entrada são calculados a partir de variáveis institucionais, as probabilidades de suporte eleitoral podem ser medidas de diversas formas, tais como: a idade da democracia em questão, o nível de institucionalização do sistema partidário ou, até, as condições econômicas em determinado período de tempo. As possibilidades de acesso ao gabinete são dúbias, afinal, podem ser interessantes se um governo for de coalizão e o novo partido tiver um papel importante, mas podem ser completamente desinteressantes se o gabinete for majoritário (formado por um partido)<sup>22</sup>. TAVITS (2006) chega a conclusões interessantes, testando seu modelo. A partir de uma regressão binominal negativa demonstra que variáveis institucionais como: os custos de registro, o número de assinaturas necessárias e a forma de seleção do parlamento são significativas na criação de novos partidos. A primeira de forma negativa, e as outras de forma positiva, ou seja, a necessidade de assinaturas e a representação proporcional são importantes. No que concerne às probabilidades de suporte eleitoral, a duração da democracia possui um efeito negativo, e as variáveis econômicas não possuem

---

<sup>21</sup> “(...) the party enters the contest, its payoff equals the benefit of holding Office (b), times the probability of getting elected (p), minus the costs of entry (c)” (Tradução Livre).

<sup>22</sup> Esta variável é de difícil estruturação empírica. A autora, neste sentido, parte do pressuposto que em sociedades aonde as decisões políticas são tomadas não necessariamente no Parlamento, ou no Executivo, mas sim através de grandes acordos entre, por exemplo, Sindicatos e o Governo, o papel de um novo partido pode ser negligenciado. Acessar o Gabinete, logo, não representa um benefício, afinal, as decisões são tomadas em outras esferas.

significância. Por fim, a possibilidade de acesso ao gabinete é confusa. Tavits afirma que sociedades mais “corporativas”, ou seja, que privilegiam acordos entre setores da sociedade e o governo, são menos favoráveis ao surgimento de novos partidos. Os benefícios de acesso a um gabinete, se ele em si não representa grandes oportunidades políticas, não é atraente à novas organizações que intenciam a chegada ao poder. Precisamos ressaltar, no entanto, que este trabalho toma dados de países europeus e dos EUA, ou seja, de democracias consolidadas<sup>23</sup>. Em um trabalho posterior, TAVITS (2008) analisa as novas democracias do leste europeu, aplicando o mesmo modelo: possível suporte eleitoral\*<sup>24</sup>benefícios de chegada ao gabinete – custos de entrada. A regressão chega a resultados semelhantes, mas não idênticos. Nos países do leste, o financiamento público, o presidencialismo e a existência de sistemas eleitorais mistos (proporcionais e majoritários), aparecem como variáveis relevantes. A idade da democracia, no entanto, se mantém constante enquanto fator de “desencorajamento” a novas organizações.

Os estudos de Tavits são interessantes e suas análises empíricas auxiliam na elucidação do fenômeno, no entanto, como não trabalhamos com muitos casos (o que impede uma análise estatística robusta), e não concordamos, em absoluto, com a perspectiva da escolha racional da autora<sup>25</sup>, daremos atenção a somente alguns elementos de seu trabalho. Descrevemos as condições<sup>26</sup> conjunturais e estruturais que possibilitaram o surgimento de PSD, PROS e Solidariedade, além das condições institucionais (o arcabouço legal que regula o surgimento e o funcionamento dos partidos no Brasil), mas focamos, sobretudo, assim como TAVITS (2006; 2008) e HAUSS & RAYSIDE (1978), na perspectiva dos atores envolvidos neste contexto. Desta forma, trabalhamos em duas frentes: a partir da noção de “cálculo estratégico”, desenvolvida pelos autores acima, bem como da noção de campo político, desenvolvida

---

<sup>23</sup> Tomamos, neste trabalho, o termo democracias consolidadas de acordo com a literatura existente sobre novos partidos. Por consolidadas, nesta literatura, entende-se democracias com maior longevidade da competição partidária-eleitoral, como o caso dos EUA e de países europeus, como Inglaterra, Alemanha, França e outros.

<sup>24</sup> (\*) igual a multiplicação.

<sup>25</sup> Ao longo do trabalho, explicitamos mais pontos de não concordância. O principal, no entanto, reside no fato de que a perspectiva de escolha racional “esconde” outros determinantes, como a própria questão da constituição histórica do sistema partidário, bem como determinações sociais.

<sup>26</sup> Os dados utilizados neste capítulo foram buscados em diversas fontes: TSE, Portais da Câmara dos Deputados e do Senado, órgãos econômicos oficiais... Nos utilizamos de um banco de elaboração própria, contendo dados dos congressistas que migraram para PROS, PSD e Solidariedade, como também de um levantamento dos discursos das principais lideranças, veiculados pela mídia impressa nacional.

por BOURDIEU (1989; 2011). O autor francês clarifica, com outros instrumentos<sup>27</sup>, o que nos parece essencial neste processo de emergência: *o movimento circulatório de elites já inseridas politicamente que dão origem a estes novos partidos e buscam, entre outras coisas, maximizar recursos políticos ou mesmo garantir sua sobrevivência.*

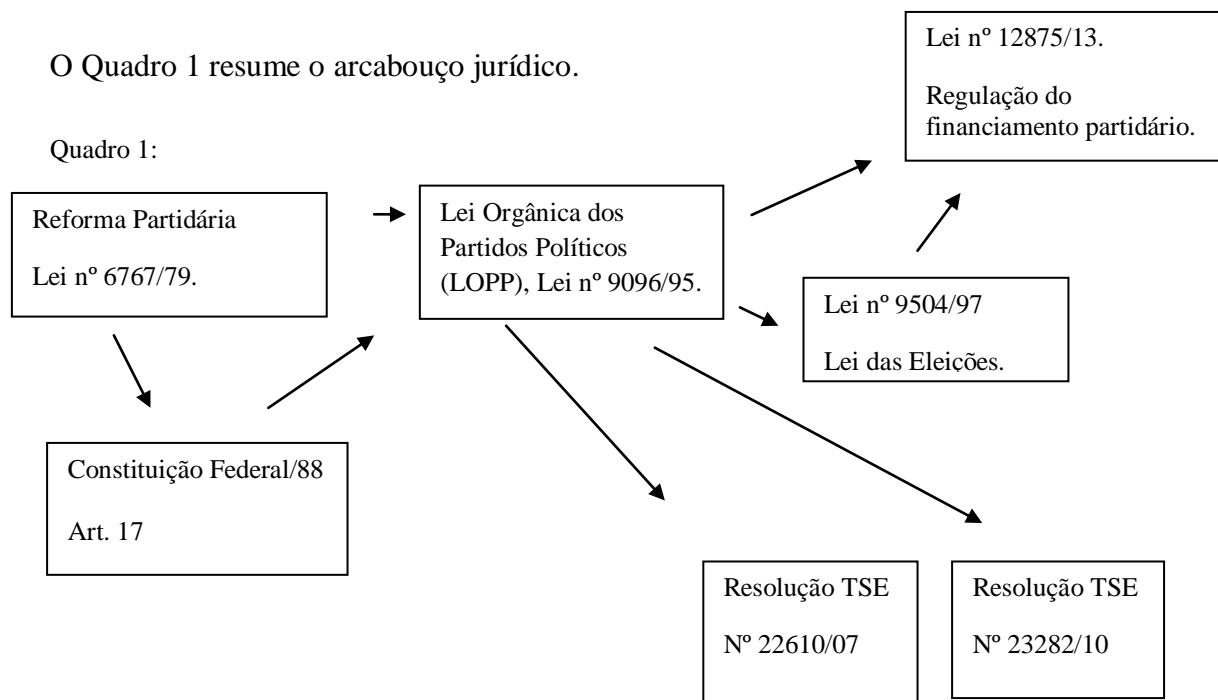
## II.II Custos de Entrada

A noção de “cálculo estratégico”, utilizada por TAVITS (2006; 2008), prevê que os custos de entrada sejam de duas naturezas particulares: as regras de registro partidário e as regras eleitorais que determinam as possibilidades de se ganhar um acento no Parlamento. Começemos pelas primeiras.

O arcabouço jurídico que regula a fundação e a atuação dos partidos políticos no Brasil é amplo e, muitas vezes, confuso. Desde a Constituição Federal de 1988, e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), de 1995, até o momento atual, existem inúmeras resoluções, principalmente do TSE, que permeiam toda a atividade destas organizações.

O Quadro 1 resume o arcabouço jurídico.

Quadro 1:



Este quadro, apesar das irregularidades, possui uma linha histórica, e funcional, clara. A Reforma Partidária de 1979 extinguiu o bipartidarismo (ARENA e MDB), e instaurou um novo regime jurídico no que concerne as organizações partidárias. Estas

<sup>27</sup> Que não oriundos de análises estatísticas.

possuíram, a partir de então, maior grau de liberdade na atuação política e acesso ao Estado, possuindo, também, facilidades para o registro provisório. Segundo NICOLAU (1996, p.13):

A legislação que regulou a atividade partidária no Brasil até 1995 pode ser caracterizada como excessivamente minuciosa na definição das normas para registro definitivo dos partidos e liberal nos critérios para participação e acesso destes ao Parlamento e aos recursos políticos.

As normas “minuciosas” referidas por Nicolau são aquelas que definiam, por exemplo, a necessidade de Convenção em, no mínimo, 20% dos municípios dos respectivos estados (1996, p.11). No entanto, a distinção entre registro provisório e definitivo não foi um impedimento à competição aberta, sendo que neste período de mais de 15 anos, o sistema partidário se expandiu de maneira clara (em 1994, 23 partidos disputavam as eleições).

A LOPP, de 1995, concedeu ainda mais autonomia aos partidos, regulamentando a liberdade garantida a estes pela Constituição Federal de 1988. Outra determinação da Lei, essencial para o entendimento dos novos partidos, está contida na distribuição do Fundo Partidário. Este recurso passa a ser distribuído na proporção de 1% para todos os partidos políticos, e os 99% restantes para os partidos com representação parlamentar na Câmara dos Deputados, de acordo com as respectivas votações. A grande desigualdade de distribuição dos recursos, entre os partidos “parlamentares” e os outros, foi um dos pontos mais de maior insegurança jurídica da lei, sendo objeto de inúmeras ações de inconstitucionalidade. A Lei nº 12875/13 altera estes padrões, regulamentando as dotações em 5% para todos os partidos, e 95% segundo o outro critério (representação efetiva na Câmara dos Deputados). A respectiva representação na Câmara dos Deputados também impacta na distribuição do tempo de televisão e rádio, outro recurso essencial à atuação dos partidos. No sentido da criação de novas organizações, a Lei estabeleceu o número mínimo de assinaturas para o registro em 0,5% dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados. O processo, pois, não é tão simples, como se costuma dar a entender. A conquista das assinaturas é facilitada, em muitos casos, pela existência de uma máquina organizativa pré-existente. No caso do PSD, a influência dos governadores foi decisiva para aceleração do processo (KRAUSE &

GERARDI, 2013), no Solidariedade, a existência de uma organização sindical, com relativa capilaridade no território brasileiro – a Força Sindical – também trouxe dinamicidade ao processo. O PROS, no entanto, teve um caminho mais tortuoso, afinal, o fato de suas lideranças não possuírem, em um primeiro momento, nenhuma organização ou facilitador político contribuiu para a lentidão de seu registro – conquistado três anos após seu início. Uma vez conseguida a regularização, no entanto, são grandes os benefícios, a partir da distribuição de recursos, como o Fundo Partidário e o tempo de rádio e televisão<sup>28</sup>. O acesso a estes direitos, apesar de garantidos a todos, possui um grau de proporcionalidade, como destacamos anteriormente, que favorece os maiores partidos “parlamentares”. Este ponto é importante para que possamos avançar na compreensão dos sentidos da fundação e do tamanho destes três partidos. Sem participarem de nenhuma eleição, PSD, PROS e Solidariedade, conquistaram fatias generosas do Fundo Partidário<sup>29</sup> que, apesar de não representar grande soma de recursos, passou a ser administrado por lideranças que tinham um papel secundário em seus partidos anteriores. O HGPE, fundamental no processo eleitoral, também foi distribuído de acordo com a proporcionalidade da bancada – não eleita – dos três partidos. No pleito de 2014, PROS e PSD participaram da coligação oficial, encabeçada por Dilma, enquanto o Solidariedade somou alguns segundos ao tempo da oposição.

A LOPP também manteve a necessidade do caráter nacional dos partidos, bem como registro de seu programa e estatuto junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em um sentido interno, quanto a organização, a Lei, como colocamos anteriormente, aumentou o grau de autonomia dos partidos, determinando, segundo RIBEIRO (2013, p.237):

(...) que todas as normas relativas à organização e funcionamento interno dos partidos deveriam estar contidas em seus estatutos, e que as legendas eram obrigadas a informar à Justiça Eleitoral apenas as alterações programáticas e estatutárias, e as composições de seus órgãos dirigentes.

---

<sup>28</sup> HGPE (Horário Gratuito Político-Eleitoral).

<sup>29</sup> No primeiro ano de surgimento, o PSD “abocanha” 0,05% do total do Fundo Partidário, cerca de R\$ 125997,87. Um ano depois (2012), o partido já detinha 3,25%, cerca de R\$ 9314852,54. O PROS, em seu primeiro ano, recebeu 0,04%, cerca de R\$ 115062,64. Um ano depois, o valor estava em R\$ 493873,6, ou 0,16%. Solidariedade, primeiro ano 0,04% (R\$ 115062,65). Um ano depois 2,26%, ou R\$ 7092439,70. Fonte: TSE.

Esta característica alterou os arranjos de distribuição interna de poder nos partidos, afinal, enquanto a Lei de 1979 estabelecia como lócus de decisão interna os estados, em um modelo federalizado, a LOPP abriu espaço para a centralização decisória nas Executivas Nacionais<sup>30</sup>.

As regras eleitorais constituem um campo de estudos vasto, inaugurado, podemos dizer, por Maurice Duverger. A articulação entre sistema eleitoral e sistema partidário é consagrada pela Lei de Duverger: “o sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos. O sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo” (DUVERGER *apud* NICOLAU, 1995, p.44). Neste sentido, a grande maioria dos trabalhos buscou, de distintas formas, testar esta lei de maneira empírica. NICOLAU (1995) tratou de investigar o efeito das regras eleitorais sobre o sistema partidário brasileiro. Neste trabalho, o autor, baseado em uma pesquisa criteriosa, não identificou uma direta correlação entre as regras: representação proporcional, magnitude do distrito eleitoral e lista aberta, e o número de partidos “efetivos” brasileiros. A representação proporcional, com a fórmula eleitoral *D’Hondt* de maiores médias, da forma que é aplicada no Brasil, acaba favorecendo os maiores partidos, segundo NICOLAU (1995, p.50). A baixa magnitude de alguns distritos eleitorais tende, também, a favorecer os maiores partidos, coisa que não ocorre em distritos maiores (mais proporcionais), sendo que a lista aberta não possui uma relação de causalidade com o tamanho do sistema partidário. Em suma, não são as (ou estas) regras eleitorais as grandes causadoras do multipartidarismo brasileiro. A representação proporcional, apesar de uma das principais variáveis analisadas na literatura sobre novos partidos (HARMEL & ROBERTSON, 1985; WILLEY, 1998), não pode ser vista como um “incentivo” à criação de novos partidos, mas sim como um “não - impeditivo”. Ainda seguindo NICOLAU (1995, p.48): “(...) não é a abertura da barragem (representação proporcional) que produz um rio mais caudaloso (multipartidarismo), mas a construção de barragens (sistema eleitoral majoritário) que torna o rio menos caudaloso (bipartidarismo)”.

Outra variável discutida na literatura, o federalismo (HAUSS & RAYSIDE, 1978), não analisada por Nicolau, também aparece como irrelevante para o caso

---

<sup>30</sup> Ponto que destacamos posteriormente.

brasileiro, ao menos nos termos “normativos” colocados por alguns autores. O federalismo, na visão de alguns, poderia gerar incentivo a criação de partidos regionais (caso da Argentina), coisa que no Brasil está barrada pela LOPP e pela Constituição Federal. O federalismo, no caso brasileiro, aparece muito mais como a conformação de disputas de poder locais que são transferidas para o plano nacional, a partir de vários partidos (caso do PROS). O modelo de PANEBIANCO (2005) parece essencial para o entendimento deste processo, pois descreve dois processos de “nascimento” partidário, a partir da penetração e da difusão territorial. O primeiro caso é comum de partidos mais centralizados, que surgem a partir de uma elite e se espalham, o segundo é comum de partidos mais descentralizados, unidos pelo processo de fundação do partido, mas comprometidos com disputas locais. Desta forma, o federalismo não deve ser visto como um incentivador de novos partidos, mas um conformador das características dos partidos.

Seguimos, então, a partir de outros elementos do “cálculo estratégico”.

### **II.III Possibilidade de Suporte Eleitoral**

Pelo modelo de Tavits, o primeiro incentivo positivo para a criação de um novo partido é a possibilidade de suporte eleitoral, traduzida a partir de variáveis como: duração da democracia<sup>31</sup>, integração social<sup>32</sup>, crescimento do PIB<sup>33</sup> e desemprego<sup>34</sup>. O uso destas variáveis e não outras pode ser objeto de discussão, mas as utilizamos com o intuito de comparar os resultados de Tavits com o caso brasileiro, além do que elas nos parecem satisfatórias para a análise do surgimento dos partidos estudados.

O Brasil do triênio 2011-2013 pode ser considerado como detentor de uma democracia já consolidada, ao menos em padrões institucionais. Ou seja, apesar de diversos percalços, desde as primeiras eleições presidenciais “livres”, o Brasil tem mantido eleições regulares e limpas, além de possuir partidos que, mesmo não seguindo os padrões “normativos” da literatura (MAINWARING, 1996), tem organizado

---

<sup>31</sup> Quanto mais tempo de democracia, menor a chance de se criar um novo partido.

<sup>32</sup> TAVITS (2006, p.103): “(...)if the societal conditions are such that the probability of new issues is high, then new parties should be more frequent”.

<sup>33</sup> Condições econômicas favoráveis tendem a favorecer os partidos já consolidados.

<sup>34</sup> Variável que, sendo alta, pode gerar alto grau de desconfiança da população frente aos partidos consolidados.



governos (MENEGUELLO, 1998), e mantido padrões seguros de atuação no Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995). As críticas ao processo, no entanto, são várias e provenientes desde a opinião pública<sup>35</sup>, até a academia (BAQUERO, 2008). O que podemos colocar, porém, como relação entre a idade de nossa democracia e o surgimento de novos partidos é que o período de consolidação democrática, ou institucionalização, não impediu novos partidos surgirem.

O tema da integração social é de difícil apreciação, afinal, ainda não existem pesquisas que possam nos indicar, seguramente, como se traduzem as distintas clivagens da sociedade brasileira em partidos políticos. Esta questão é fundamental em HAUSS & RAYSIDE (1978), por exemplo, ao considerarem que as clivagens sociais, ou tensões, são condições necessárias, porém insuficientes para explicarmos o fenômeno do surgimento de novos partidos. O Brasil, ao contrário de outros países, não possui partidos identificados com causas (*issues*) específicas, talvez o Partido Verde seja a grande exceção.

Restam-nos, pois, fatores de ordem econômica–estrutural, ilustrados na Tabela 2. O Brasil, nos dois anos, registrou estabilidade tanto no desemprego e na inflação quanto no crescimento do PIB.

Tabela 2 – Estrutura – Condições Econômicas

	2011	2013
Inflação <sup>36</sup>	6,5%	5,76%
Crescimento do PIB <sup>37</sup>	2,7%	2,3%
Taxa Média de Desemprego <sup>38</sup>	6%	4,3%

Ou seja, em termos genéricos, podemos afirmar que pelas condições estruturais, o Brasil não passou, neste período, por um processo de crise que explicaria, em si, este

<sup>35</sup> Altas porcentagens de desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas, incluindo o Legislativo e os partidos políticos.

<sup>36</sup> <http://www.furb.br/ips/ip/IndicesDiversos.html>, acesso em 03 de fevereiro de 2015.

<sup>37</sup> <http://economia.ig.com.br/economia-brasileira-cresce-27-em-2011/n1597665838398.html>; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/pib-cresce-2-3-em-2013-puxado-por-agropecuaria-e-investimentos,178695e>, acesso em 03 de fevereiro de 2015.

<sup>38</sup> <http://economia.ig.com.br/brasil-fecha-2011-com-desemprego-em-6/n1597599136250.html>; <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/01/brasil-encerra-2013-com-menor-taxa-de-desemprego-desde-2002.html>, acesso em 03 de fevereiro de 2015.

surgimento (CARREIRÃO, 2012)<sup>39</sup>. IGNAZI (1995), ao analisar o processo de “emergência” de novos partidos da chamada extrema-direita na Europa, coloca a questão da crise de legitimidade dos partidos consolidados. Novas questões, como a crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social, a imigração e o problema da segurança, não foram “respondidas” de forma satisfatória pelos partidos no poder, o que gerou espaço para o crescimento destas organizações, o que podemos chamar, como LUCARDIE (2000), de “estrutura de oportunidades políticas”. Esta estrutura, em nosso caso, não está constituída a partir das variáveis trabalhadas por TAVITS (2006), afinal, excetuando a idade da democracia, as outras variáveis não são suficientes para nos explicar o por quê do surgimento de PSD, PROS e Solidariedade, ao menos não nos termos propostos pela autora. Estes partidos surgiram em um contexto de relativa estabilidade econômica, sem se apresentarem como representantes de novas *issues*, ou a partir de novas formas de organização (IGNAZI, 1996). Ou seja, neste caso, as variáveis funcionaram em um sentido inverso, ponto que abordamos a partir de agora.

#### **II.IV Benefícios de Composição**

Para que possamos avançar na compreensão do fenômeno do surgimento de PSD, PROS e Solidariedade temos que recorrer a um aprofundamento da abordagem de Tavits, afinal, o conceito de “cálculo estratégico”, apesar de interessante, não é suficiente para dar conta do caso aqui estudado. Neste sentido, recorreremos a obra de Bourdieu, no que concerne, especificamente, seus escritos acerca da política. Esta sessão trata do último elemento da equação: os benefícios de se compor um gabinete. Afinal, como pudemos observar, as condições institucionais e sociais do Brasil, no período de 2011 a 2013, são necessárias, porém insuficientes para darmos uma explicação do fenômeno<sup>40</sup>.

Primeiramente, devemos colocar que os partidos políticos não existem em si. Consistem em organizações inseridas em um contexto, um campo, que, neste caso, é o político. Este, na medida em que se “profissionaliza”, se estrutura em uma disputa de

---

<sup>39</sup> A “crise” explicaria o surgimento de partidos anti-status quo, o que não é o caso de PSD e PROS, assim como a “bonança” explicaria o surgimento de partidos pró-status quo, o que não é o caso do Solidariedade. Ou seja, apesar de importantes, as variáveis estruturais não são suficientes na análise.

<sup>40</sup> Devemos fazer, neste sentido, uma ressalva. No que concerne as condições sociais, não dispomos de dados que proporcionassem uma descrição maior de suas relações com o surgimento destes novos partidos. As pesquisas, neste sentido, ainda são escassas.

dois níveis, segundo BOURDIEU (1989, p.194): “(...) do resultado da concorrência pelo poder sobre o aparelho a qual se desenrola no seio do aparelho só entre profissionais, que depende a escolha daqueles que poderão entrar na luta pela conquista dos simples leigos (...)”. Ou seja, a disputa no campo político, primeiramente, se dá de maneira interna, entre os “profissionais”, pelo controle da competição que, depois, envolverá os “leigos”, os eleitores. Dito de outra maneira, os partidos, primeiramente, são o local de decisão que, posteriormente, passa a ser a arena eleitoral. Neste sentido, controlar as instâncias internas da disputa partidária é um passo essencial para qualquer grupo que almeje algo politicamente, o que PANEBIANCO (2005), chama de controle das “zonas de incerteza”<sup>41</sup>.

Os partidos, neste sentido, estão inseridos em um contexto de disputa constante, interna e externa. Uma definição restrita destas organizações pode ser encontrada em DOWNS (1957, p.23): “(...) um partido político é um conjunto de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo a partir da conquista de cargos eleitorais”. A eleição é o meio, o governo é o fim. Neste caminho, porém, podemos observar que estas organizações possuem lógicas próprias, disputas internas e modos de funcionamento distintos. Uma forma de entender as características deste ou daquele partido pode ser a busca de suas origens. Afinal, o contexto inicial deste tipo de organização costuma marcá-la em seu desenvolvimento (DUVERGER, 1992; PANEBIANCO, 2005). Centrando em nosso objetivo, podemos focar em uma característica comum dos três partidos que serão estudados: o alto grau de recrutamento que estes tiveram dentro da elite parlamentar (93 deputados e quatro senadores). Neste sentido, o Congresso aparece como ponto comum, determinante. Podemos também demarcar dois anos como essenciais para o entendimento da gênese de PSD, PROS e Solidariedade: 2011, primeiro ano do governo Dilma (fundação do PSD); e 2013, penúltimo ano deste governo (fundação de PROS e Solidariedade). Estes partidos ganharam o registro provisório do TSE no segundo semestre dos respectivos anos, marcando exatamente o período anterior à disputa das eleições. Ou seja, sem nenhuma coincidência, estes partidos foram fundados e em um ano já estavam disputando cargos, em diversos níveis. O PSD já em 2012 disputava as eleições municipais, e em 2014 todos os três

---

<sup>41</sup> “Zonas de incerteza” são definidas, segundo PANEBIANCO (2005, p.66), como: “(...) a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento”.

disputavam o pleito em nível nacional. RANULFO MELO (2004, p.68), ao estudar as migrações parlamentares na Câmara dos Deputados já havia notado esta recorrência:

O primeiro ano de cada legislatura mostra-se propício tanto a uma eventual acomodação, (...), tendo em vista a realização, no ano seguinte, das eleições para prefeito. O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser definidas para a renovação da própria Câmara. [e mais adiante] O fato é que a instabilidade das bancadas na Câmara dos Deputados aumenta nos momentos em que o deputado necessita fazer opções importantes para a sua carreira.

O que o autor nos demonstra é que opções estratégicas são tecidas a partir de condições específicas. Ranulfo Melo, ao longo de seu trabalho, elenca quais condições importam mais para a migração dos deputados. No entanto, o que falamos aqui é de um processo distinto: não se trata, exclusivamente, da troca de deputados (ou políticos em geral), entre legendas, mas da fundação de novos partidos, com estatutos e, ao menos em tese, regras próprias. O fato dos três partidos serem fundados em momentos pré-eleitorais não é uma simples coincidência. Os novos partidos representaram, neste contexto, uma saída para muitos políticos de seus partidos, em um movimento nem tão simples assim<sup>42</sup>.

A primeira vista, podemos nos deixar levar pela conclusão de que as migrações têm o intuito, para os congressistas, de aproximação ao governo. Chegar ao governo, para os políticos, constitui não só um objetivo (contido na própria definição de partido), mas também uma necessidade, ao menos no sentido de maximização dos recursos políticos disponíveis. Segundo RANULFO MELO (2004, p.75): “(...) o controle sobre recursos de ordem política disponibilizados pelo aparato governamental pode possibilitar grande vantagem competitiva nas eleições”. Ou seja, faz sentido migrar para o governo, em distintos níveis. O movimento em direção a base, no entanto, é determinado por outros fatores, como, ainda segundo Ranulfo Melo: o tipo de gabinete presidencial (cooptação/apartidário ou coalizão) e a popularidade do presidente. O primeiro fator também é abordado por TAVITS (2006), ao demonstrar que governos

---

<sup>42</sup> Ressaltamos a Resolução do TSE nº 22610/2007 como uma variável importante. Esta Resolução, afinal de contas, delimitou e normatizou a migração partidária, ao determinar que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. Neste sentido, a migração só fica “aprovada”, no caso do político, em caso de mudança para um novo partido, ou através da comprovação de “perseguição” dentro do partido anterior.

mais “abertos” tendem a criar mais incentivos a criação de novas organizações partidárias. Dadas as restrições, no período atual, para a troca entre legendas já constituídas<sup>43</sup>, a opção, aberta ao parlamentar, de ir para um novo partido que irá compor a base parece uma escolha interessante. A Tabela 3 apresenta os dados do período.

Tabela 3 – Conjuntura – Condições Políticas

	2011	2013
Aprovação do Governo (Taxa de Ótimo ou Bom).	59% (índice contabilizando a média do primeiro ano de mandato).	41% (índice registrado ao final do mandato).
Coalizão (partidos que detém ministérios).	Sim. PT, PMDB, PR, PP, PCdoB, PDT, PSB e PRB.	Sim. PT, PMDB, PR, PP, PCdoB, PDT, PROS, PRB, PSD

Fonte: Instituto Data Folha (<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/01/1211074-primeiro-ano-de-dilma-tem-a-maior-aprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>), acesso em 03 de fevereiro de 2015.

A aprovação do governo Dilma oscilou de maneira significativa no período, mas se manteve relativamente alta. O governo, desde o início, foi composto a partir de uma coalizão multipartidária. Estes dois elementos, como abordados por RANULFO MELO (2004), parecem explicar, em si, a direção da migração dos deputados. No entanto, ao nos aproximarmos dos dados, as coisas parecem mais confusas. PSD e PROS surgiram e, logo, fizeram parte da coalizão do governo Dilma. Guilherme Afif Filho, um dos principais líderes do PSD, assumiu, em 2012, uma pasta no Governo e o PROS, em 2014, assumiu o Ministério da Integração Nacional<sup>44</sup>. O Solidariedade, no entanto, surgiu como partido de oposição, se aliando, nas eleições subsequentes, ao candidato do PSDB, Aécio Neves. A partir da construção de um banco de dados com informações dos 93 deputados que migraram para PSD, PROS e Solidariedade no primeiro mês de registro dos respectivos partidos, podemos abordar o que parece ser mais importante na análise destes surgimentos, o movimento das elites políticas já inseridas no campo.

<sup>43</sup> Resolução do TSE N° 22610/07.

<sup>44</sup> Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 2014.

Tabela 4 – Origem – Parlamentares que compõem os partidos

Partido/Origem	Base	Oposição	Total	Destino	Eleições 2014
PSD	24 (50%)	24 (50%)	48	Base	37
PROS	14 (66,7%)	7 (33,3%)	21	Base	11
Solidariedade	20 (83,3%)	4 (16,7%)	24	Oposição	15
Total	58 (62,4%)	35 (37,6%)	93		63

Fonte: Câmara dos Deputados.

A análise dos dados das migrações partidárias, ou melhor, da direção das migrações partidárias, nos leva a um caminho um pouco distinto daquele que estaríamos condicionados. Devemos, neste sentido, levar em conta o trabalho de FREITAS (2012), e considerar esta movimentação a partir do ponto de vista estratégico dos partidos. Não se trata, afinal, de uma questão de “entrar no governo”, simplesmente, mas trata-se de uma questão de disputas em relação a recursos distintos. A migração intra-base, ou intra-oposição, demonstra que este ponto. Devemos, pois, voltar a Bourdieu. O campo político, segundo o autor, possui dois tipos de disputas: internas e externas, na arena partidária e na arena eleitoral. Neste sentido, manter o controle sobre uma destas disputas é, indiretamente, manter o controle sobre a outra. Um novo partido, então, se constitui como uma oportunidade para distintos grupos, talvez isolados politicamente em seus respectivos partidos, maximizar recursos políticos. Esta hipótese será melhor sedimentada no capítulo seguinte.

No entanto, podemos observar, preliminarmente, que estes novos partidos não surgem ao acaso, e recrutam seus quadros a partir de lógicas específicas.

Tabela 5 - Padrão de Recrutamento – Câmara dos Deputados

	Média de Partidos <sup>45</sup>	Média de Mandatos	Situação para a 54 <sup>a</sup> Legislatura	Partido que mais perdeu	Mandatos Eletivos (anteriores a ocupação na Câmara) <sup>46</sup>	Universo Total
PSD	2,9	2,33	Reeleito 27(56,3%)	DEM 16(33,2%)	Sim 29(60,4%)	48 deputados
PROS	3,57	2,67	Reeleito 11(52,4%)	PSB 6(28,6%)	Sim 13(61,9%)	21 deputados
Solidariedade	2,38	2,00	Eleito 14(58,3%)	PDT 7(29,2%)	Sim 12(50%)	24 deputados
Média Total	2,95	2,33	---	---	---	93 deputados

Fontes: Câmara dos Deputados e Atlas Político (<http://www.atlaspolitico.com.br/deputados-federais>, acesso em 20 de maio de 2015).

Nesta tabela podemos caracterizar, a partir dos dados agrupados, o “tipo” de parlamentar que adere a estes novos partidos<sup>47</sup>. Estas variáveis expõem o caráter de “volubilidade” (ROMA, 2002), e “permanência” destes políticos. Volubilidade no sentido da migração, ou seja, a média de partidos anteriores, que, apesar de tudo, mantém um padrão semelhante, sendo o PROS o único caso mais “drástico” de migração. Permanência no sentido da longevidade destes políticos no campo. Esta hipótese, de que os parlamentares que “aderem” ao partido já estão inseridos politicamente, e sobre estes políticos que o partido se assenta, necessitaria de dados mais robustos. Por analisarmos, exclusivamente, a Câmara dos Deputados, muitas informações acerca da constituição destes partidos acabou se perdendo. Apesar de tudo, porém, podemos observar outros padrões: como a situação de reeleito (superior no PSD e no PROS), e a ocupação de mandatos eletivos anteriores ao mandato na Câmara (ocorrência recorrente também nos dois partidos). O Solidariedade, ao contrário, recrutou políticos em primeiro mandato, e sem grande experiência precedente.

<sup>45</sup> Anteriores a PSD, PROS e Solidariedade.

<sup>46</sup> Consideramos, nesta variável, qualquer outro “tipo” de mandato eletivo ocupado pelo parlamentar anteriormente a ocupação do mandato de deputado na Legislatura de 2011-2015.

<sup>47</sup> Ressaltamos, no entanto, que estes dados, por serem exclusivos da Câmara dos Deputados, escondem outros fatores importantes. Neste sentido, o melhor, se o tempo nos permitisse, seria avaliar a entrada destes políticos no campo político, ou seja, nos primeiros cargos administrativos e/ou eletivos, e não, especificamente, nesta Casa Legislativa.

No caso do PROS, o PSB foi o partido que mais colaborou com o seu surgimento (28,6%). No PSD, o DEM foi o partido mais “colaborativo” (33,2%). Por fim, no Solidariedade, o partido que mais perdeu foi o PDT (“compondo” 29,2% dos quadros). Em cada caso, uma explicação pode ser tecida, afinal, está de acordo com as estratégias específicas de cada organização. O PROS, misto de várias organizações, foi a “salvação” para parlamentares do PSB que não queriam entrar na eleição de 2014 como oposição ao governo Dilma, afinal os socialistas lançariam candidato próprio. O PSD, criado antes, possibilitou que parlamentares de oposição, principalmente do DEM, pudessem se aproximar do governo do PT. O Solidariedade, no entanto, recebeu parlamentares, em sua maioria, da base (caso do PDT). Estes pontos serão abordados com maior destaque no capítulo seguinte, afinal, tratamos dos partidos individualmente, a partir de seus estatutos e dos posicionamentos das principais lideranças na mídia nacional, agora, no entanto, realizamos um fechamento da questão principal do capítulo.

## **II.V Considerações Preliminares**

- O arcabouço institucional brasileiro, a partir das regras de registro partidário e das regras de acesso ao Parlamento, é uma condição necessária, porém insuficiente para explicarmos o surgimento destes novos partidos.

- As condições sociais, ou a possibilidade de suporte eleitoral, apresentam indicações contrárias às abordadas na literatura sobre novos partidos. O Brasil, no período, não pode ser considerado como um país que passasse por uma crise de legitimidade e/ou crise econômica que justificasse o surgimento de novos partidos. As condições sociais, neste sentido, se abordadas, devem ser colocadas no sentido contrário, afinal, dois dos três partidos surgiram para compor o governo.

- Os benefícios de composição, ou, nos termos de HAUSS & RAYSIDE (1978), os “facilitadores políticos”, aparecem como causas essenciais para o entendimento deste fenômeno. PSD, PROS e Solidariedade surgem a partir de movimentações de grupos políticos já inseridos que, dentro de seus anteriores partidos, não teriam chance de controle do que PANEBIANCO (2005) chama de “zonas de incerteza”.



### **CAPÍTULO III: PSD, PROS e Solidariedade**

Após analisarmos as condições de emergência e/ou produção de PSD, PROS e Solidariedade, passamos a tentativa de compreensão de cada processo de surgimento. Para tal tarefa, partimos da noção de facilitadores políticos, desenvolvida por HAUSS & RAYSIDE (1978). Trabalhamos com as variáveis que compõem o conceito no sentido de entender de que maneira as mesmas influem nos distintos processos de fundação, tomando estes partidos em conjunto, de maneira relacional. Como afirma BOURDIEU (1989, p.178):

Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo.

Ou seja, colocamos PSD, PROS e Solidariedade como organizações que surgem, temporalmente, em uma conjuntura e com características semelhantes. Apesar das várias ressalvas que podemos pontuar no uso do conceito para o caso brasileiro, trabalhamos no sentido de que os facilitadores oferecem um modelo heurísticamente importante, a partir do qual podemos reconstruir a dinâmica específica de cada um desses processos. Uma ressalva: como a maioria dos partidos brasileiros (PERES, GUARNIERI & RICCI, 2012), estes partidos “surgem” a partir de um centro irradiador (PANEBIANCO, 2005), e são apropriados nos estados de acordo com as dinâmicas e disputas locais. Passamos, então, à análise mais aproximada dos partidos em questão.

#### **I. Comportamento dos Partidos Existentes**

##### ***Premissa***

O conceito de facilitadores políticos foi desenvolvido por HAUSS & RAYSIDE (1978), pois os autores argumentaram que nem as condições sociais (as clivagens), e nem os facilitadores institucionais (abordados anteriormente), seriam capazes de explicar o surgimento de novos partidos.

A tese central, que questionamos, é de que novos partidos surgem quando “algo está errado” (1978, p.46). A primeira, e mais importante, variável que estrutura o conceito é: o comportamento dos partidos existentes. Se os partidos existentes estão

‘bem’, segundo os autores, não há motivo para que novos partidos passem a existir. O exemplo dos EUA, neste sentido, é importante, afinal, em vários momentos de “tensão” política no país, os partidos Democrata e Republicano souberam canalizar as demandas sociais “novas” em seus próprios quadros, vide o caso do movimento negro que, na década de 60, é “absorvido” pelo Partido Democrata. Países com partidos não tão permeáveis a novos atores, como o caso do França, na ascensão do “Gaullismo”, tendem a multiplicar seu sistema partidário. No caso brasileiro (PSD, PROS e Solidariedade), a variável não funciona da mesma forma. Para além das demandas não atendidas, ou a possível fraqueza e impermeabilidade dos partidos existentes, observamos que os partidos em questão surgem, inclusive, com o patrocínio de organizações consolidadas<sup>48</sup>. Neste sentido, o reordenamento dos quadros se dá em contextos específicos e é enquadrado como um novo espaço de oportunidades, tanto na arena eleitoral (como possível coligação), quanto na arena parlamentar (como possível coalizão)<sup>49</sup>. Desta forma, partimos do mesmo argumento de FREITAS (2009), ao considerar, para além dos movimentos individuais de políticos específicos, as estratégias dos atores coletivos (partidos), nestes processos. Outra questão que parece importante é a definição desta variável como algo relacional, os partidos consolidados em relação aos novos partidos, bem como a situação inversa.

### ***PSD: A Máquina Governamental***

“O PSD está nascendo num momento da democracia brasileira em que várias lideranças políticas do país entenderam ser necessária uma nova sigla para acomodações partidárias, mas com pessoas que pensam da mesma forma”, Gilberto Kassab (PSD)<sup>50</sup>.

A ciência política brasileira já se debruçou sobre o PSD, sua fundação e organização posterior (RIBEIRO & SIMONI JUNIOR, 2013; KRAUSE & GERARDI, 2012). O que podemos encontrar como consenso nestes trabalhos é o caráter interno do surgimento deste partido. Ou seja, o PSD é mais um dos tantos partidos de “quadros”

---

<sup>48</sup> Devemos pontuar, igualmente, o caráter interno dos partidos em questão. PSD, PROS e Solidariedade não nascem a partir de grupos sociais específicos, com demandas não atendidas pelo sistema partidário. As organizações, pelo contrário, têm origem interna (DUVERGER, 1992), sendo construídas a partir de reordenamentos específicos da “elite” política.

<sup>49</sup> Por partidos consolidados entendemos os blocos que orientam a disputa majoritária em nível nacional, PT e PSDB (LIMONGI & CORTEZ, 2010), bem como, tangencialmente, o PMDB.

<sup>50</sup> Folha de São Paulo: 26 de junho de 2011.

(DUVERGER, 1992), surgido enquanto produto de cisões internas de partidos já consolidados. O PSD surgiu, em um primeiro momento, segundo RIBEIRO & SIMONI JUNIOR (2013, p.07), a partir do: “(...) fracasso do projeto de refundação do PFL, o qual culminou, em 2007, na troca do nome da legenda para Democratas [...] como passou a ser conhecida”. O PFL, ou DEM, após a vitória de Lula, em 2002, passa, pela primeira vez em sua história, à oposição. Esta nova condição não foi bem assimilada pelas principais lideranças do partido que, apesar das tentativas de adaptação, acabam por exauri-lo. A perspectiva de manutenção da hegemonia petista no Governo Federal acelera um processo de cisão interna do partido, com o afastamento do grupo liderado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. A perda de poder interno leva Kassab, no contexto da eleição de Dilma Roussef, em 2010, a começar as articulações para a fundação de uma nova organização. Em 2011, este partido é oficializado, atraindo 48 Deputados e 2 Senadores, formando, sem participar de nenhuma eleição, a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados. Em 2012, nas eleições municipais, o partido consolidou a sua posição, conquistando 497 prefeituras no país.

O PSD, neste sentido, não pode ser abordado como um “novo partido”<sup>51</sup>, no sentido lato do termo (bastião de novas demandas, ou portador de novos meios organizativos [IGNAZI, 1995]), mas como uma organização recente, que se estrutura a partir de redes anteriores. O partido, desta forma, apesar das tentativas de boicote (DEM), recebe o apoio de partidos de base do governo, de acordo com as dinâmicas regionais específicas. Podemos partir, então, de dois níveis de análise, no que concerne a relação do PSD com os partidos consolidados: a arena parlamentar (a composição do governo, no momento inicial) e a arena eleitoral (as articulações para a disputa, principalmente, do pleito de 2014), na dinâmica nacional e regional.

No momento inicial, originário, o partido é construído, e recebe a adesão, de lideranças de vários estados. Consegue dois governos estaduais (Santa Catarina e Amazonas), e mais cinco vice-governos (Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia, Tocantins e Mato Grosso). Em todos estes casos, de maneira mais ou menos direta, o partido teve o apoio, ou o patrocínio, do PT, com vistas ao enfraquecimento da oposição. Na Bahia, por exemplo, o PSD é liderado por Otto Alencar (ex-PL e ex-PTB),

---

<sup>51</sup> Esta questão merecia muito mais atenção: “O que representa um novo partido?”. Em termos normativos, podemos colocar várias definições em pauta.

compondo o governo ao lado de Jaques Wagner (PT). Em Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo (ex-DEM), adere ao partido e, logo, passa a “dialogar” com o Governo Federal, diminuindo, consideravelmente, o espaço político do DEM no estado<sup>52</sup>.

O impulso organizativo inicial do partido, como colocado por GERARDI & KRAUSE (2014), é, principalmente, oriundo dos governadores. O partido assume mais prefeituras nos estados em que está no topo dos Executivos Estaduais. Apesar de compor a base do Governo Federal, e o próprio Governo, formalmente, com a investidura de Guilherme Afif Filho (PSD-SP), no cargo de Secretário da Micro e Pequena Empresa (2012), as dinâmicas regionais não podem ser apreendidas mecanicamente. Ou seja, as alianças do partido, mesmo nos casos de maior patrocínio do PT, não são automáticas. O espaço para as definições autônomas das Executivas Estaduais, apregoadas pelas próprias lideranças, é largo. Enquanto partido satélite (FREITAS, 2009), ou partido a disposição, o PSD se estruturou de acordo com as estratégias e dinâmicas locais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, para o pleito de 2014, o partido compôs a coligação encabeçada por Sartori (PMDB), enquanto oposição ao governo petista no estado. Ou seja, as características iniciais, os apoios iniciais, foram importantes para as distintas definições estratégicas.

***PROS: O empreendedorismo partidário.***

“Vendi tudo o que tinha. Vendi para poder fazer o partido. O pouquinho que eu tinha foi embora”, Eurípedes Junior (PROS)<sup>53</sup>.

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) teve, das três legendas que analisamos, o processo mais lento de fundação. Desde o momento da abertura do processo de registro, foram quase cinco anos até a conquista do mesmo, em setembro de 2013. O presidente do partido, Eurípedes Júnior, produziu (como colocou na frase acima), um discurso de “invocação” no que concerne este processo. O partido, afinal, partiu dele, e acabou sendo apropriado, nos estados, por elites com interesses e dinâmicas próprias.

---

<sup>52</sup> No caso de Santa Catarina, a intervenção do PT se dá em nível nacional, sendo que o partido no estado não apoia, diretamente, o PSD.

<sup>53</sup> Folha de São Paulo, 28 de setembro de 2013.

O PROS, após a conquista do registro, foi eficiente na cooptação de congressistas, formando, em seu primeiro mês, uma bancada de 21 deputados, e mais um Senador. A defesa de uma “Reforma Tributária”<sup>54</sup> aparece, desde o início, como o discurso força do partido, único ponto congruente de um programa pouco divulgado. O processo de formação desta bancada foi dinamizado por um aspecto bastante conjuntural: o lançamento da candidatura de Eduardo Campos (PSB), à Presidência da República. O processo de construção da campanha rachou, em vários sentidos, o partido do, então, pré-candidato, o que acabou “inflando” o PROS. Seis, dos 21 deputados, vieram do PSB. A família “Gomes” (Cid – então governador do estadual do Ceará e Ciro – figura recorrente nas últimas disputas eleitorais), também abraçou o partido, saindo do PSB. A manutenção do apoio ao governo Dilma, neste sentido, pareceu uma razão suficiente para migração. Ciro Gomes, inclusive, declarou a imprensa, logo após ingressar no PROS, que: “Ele [Eduardo Campos] está em uma aventura pessoal, vai afundar o PSB nisso, mas é problema dele”<sup>55</sup>. As estratégias de sobrevivência política, construídas a partir destes discursos, aparecem de forma mais clara. O PROS, muito mais do que os outros partidos aqui estudados, foi construído a partir de elementos muito pouco sólidos. Ao contrário do PSD, não teve, em um primeiro momento, o apoio de governadores, e, ao contrário do Solidariedade<sup>56</sup>, como veremos a seguir, não teve o apoio de uma organização externa.

O partido, assim como o PSD, teve o beneplácito do Governo Federal e ingressou, em um bloco com o PP, na base do governo. Nos estados, assumiu dois governos: do Ceará, como colocamos anteriormente, e do Amazonas (José de Melo [ex-PMDB]). O caráter “fluído” da organização permitiu, e permite, alianças das mais diversas. O PROS compôs coligações tanto com o PSDB<sup>57</sup> quanto com o PT<sup>58</sup>, adotando uma estratégia semelhante ao PSD.

---

<sup>54</sup> “Eu sempre defendi a redução dos impostos no Brasil, é minha bandeira principal, e dentro desses partidos a gente tinha dificuldade para falar isso aí. Então tive que criar um partido”. Eurípes Junior. Folha de São Paulo: 26 de setembro de 2013.

<sup>55</sup> Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2013.

<sup>56</sup> A simbiose entre Solidariedade e Força Sindical parece bastante clara.

<sup>57</sup> No caso de Goiás apoio ao “incumbente” Marconi Perillo.

<sup>58</sup> No caso do Rio Grande do Sul apoio ao “incumbente” Tarso Genro.

### ***Solidariedade: com a “Força” em marcha.***

“Ela [Dilma] vive hoje da fama que o Lula tinha nessa área. O discurso dela é: ‘Porque o Lula fez, o Lula fez’, pergunte o que ela fez. Para os trabalhadores nada”. Paulinho da Força (Solidariedade)<sup>59</sup>.

O Solidariedade surgiu com um posicionamento diferente tanto do PSD quanto do PROS, no que concerne o plano nacional. O partido, apesar de não abertamente, passou a compor a oposição e, em 2014, apoiou o candidato do PSDB (Aécio Neves), à presidência da República. A bancada do partido, composta inicialmente por 24 deputados federais, provém, na grande maioria (20), por deputados oriundos da base do governo Dilma.

O partido possui como grande “patrocinador”, não os partidos consolidados, apesar do beneplácito do PSDB, mas uma organização “externa”, a Força Sindical. A Central que surgiu na segunda metade da década de 80 se posiciona, desde o princípio, no que TRÓPIA (2009), chama de “direita” do movimento sindical. A “Força” se articula a partir da oposição à CUT, e enquanto uma alternativa à CGT (situada do mesmo “lado”), tendo uma filosofia de ação conhecida como “sindicalismo de resultados”. Como explica TRÓPIA (2009, p.62):

Uno de los presupuestos del “sindicalismo de resultados” es que la actuación de los sindicatos debe crecer en la misma dirección y proporción de la economía capitalista. Por eso, su perspectiva es la de la negociación, la del acuerdo entre capital y trabajo y no la lógica de la confrontación. Para esto, la relación entre sindicalismo y capitalismo resulta en beneficio de todos sólo si ambos son fuertes. Cuanto más fuerte es el capitalismo, mejores serán las condiciones para la negociación

Ou seja, ao contrário da confrontação, proposta pela CUT, a Força pregava a negociação, a articulação, mais “azeitada”, das relações entre capital e trabalho. O crescimento da organização durante os anos 90 é sintomática desta posição. No auge do período neoliberal<sup>60</sup>, a Central, composta majoritariamente por trabalhadores urbanos do setor privado, apoiou a política de privatizações, por exemplo, a partir de um discurso de reforma e modernização do país, posição totalmente contrária ao “novo sindicalismo”, protagonizado pela CUT. A entidade, neste período inicial, possui uma

---

<sup>59</sup> Folha de São Paulo: 26 de setembro de 2013.

<sup>60</sup> Governo FHC (1995-2002).

proximidade com o PDT, sendo que seus dois principais líderes, Luiz Medeiros e Paulinho da Força<sup>61</sup>, estiveram filiados ao partido e foram eleitos para a Câmara dos Deputados. Medeiros ainda compôs o Governo Lula (2006-2010), ocupando uma secretária do Ministério do Trabalho. Apesar da proximidade, no entanto, a simbiose entre as duas organizações não ocorre, e é somente com a fundação do Solidariedade que a Força se materializa enquanto partido.

O PDT, logo, é o partido que mais perde com a fundação do Solidariedade, em nível nacional. O caminho para a oposição do governo Dilma (2011-14), pois, parece mais “natural”, quando partimos do processo de construção da Central. O partido não é, entretanto, uma mera “extensão” da Força Sindical, mas, como os outros, parte de dinâmicas específicas dos estados. O único governador do partido, neste momento inicial, Sandoval Cardoso (ex-PMDB-TO), não possui vínculos diretos com o sindicalismo.

### *Quadro Relacional*

Se partirmos da ideia desenvolvida por LIMONGI & CORTEZ (2010), de que as disputas eleitorais no Brasil, nos níveis majoritários estaduais e nacional, estão estruturadas em dois grandes blocos, capitaneados por PT e PSDB, podemos inserir estes novos partidos em uma dinâmica complexa, e pouco abordada pela literatura. PSD, PROS e Solidariedade, nos distintos contextos de surgimento, foram “patrocinados” ou “combatidos” de acordo com interesses específicos destes partidos, ou blocos, em relação, afinal, para o PT interessava, no sentido da governabilidade, a migração de deputados da oposição para a base; caso contrário do PSDB. Como abordamos de forma mais detalhada na próxima seção, os custos de entrada, no Brasil, são muito altos para a disputa da Presidência, e mesmo dos Executivos Estaduais. Desta forma, a necessidade de formação de alianças, para os partidos “sem chance” eleitoral, ou partidos fracos (GUARNIERI, 2009), é uma via de mão dupla: enquanto os mesmo precisam de alianças para chegarem ao poder, os partidos consolidados (ou blocos), precisam das alianças, enquanto maximização de recursos importantes, como, por exemplo, o acréscimo do HGPE. Em um contexto de alto nível de competição (PERES, GUARNIERI & RICCI, 2012), e instabilidade (PANEBIANCO, 2005), é crível colocar

---

<sup>61</sup> Presidente e fundador do Solidariedade.

estes partidos, novos e os consolidados, em uma conjuntura de disputa com características específicas. KATZ & MAIR (1995), propuseram o conceito de partido cartel, como característico de certo momento das democracias “consolidadas”. Por mais que não abordemos as tipologias, podemos apontar na mesma direção que os autores, ao afirmar que os partidos “reagem”, enquanto atores coletivos, aos desafios impostos, tanto pelo exterior (arena eleitoral), quanto pelo interior (circulação de elites e mudança organizativa).

## **II. Resposta dos Eleitores**

### ***Premissa***

A segunda variável do conceito de facilitadores políticos dá conta do possível apoio dos eleitores aos novos partidos. Neste sentido, para o grupo fundador é necessário vislumbrar, a partir de interesses específicos, algum espaço aberto para a conquista de votos. HAUSS & RAYSIDE (1978, p.49), dão conta de três razões principais para o não-apoio dos eleitores aos novos partidos: (1) razões táticas, ou a concepção de “desperdício” do voto, usual em sistemas eleitorais majoritários, como o caso dos EUA; (2) valores culturais que levam os eleitores à valorização de seu sistema partidário; (3) a lealdade e a identificação com os partidos consolidados.

### ***A Arena Eleitoral***

A disputa das eleições se constitui como a principal característica dos partidos (DOWNS, 1957). No entanto, precisamos acurar um pouco mais o significado desta disputa, como ela ocorre, e em que instâncias. No Brasil, possuímos dois sistemas de representação que correspondem a cargos distintos, o majoritário (Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos), e o proporcional (Deputados Federais, Estaduais e Vereadores). O nível de “personalização” das disputas e a baixa identificação partidária, ou confiança nos partidos, por parte dos eleitores, são traços característicos das eleições brasileiras. Apesar de algum nível de identificação, esta não é estruturante dos votos (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL, 2007). Os partidos, como mostramos na tabela a seguir, não gozam de um prestígio muito grande na maioria da população.



Tabela 6 – Confiança nos Partidos Políticos no Brasil

	2009	2010	2011	2012	2013
Confiança nos partidos.	31%	33%	28%	29%	25%

Fonte: Ibope (<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>, acesso em 28 de abril de 2015).

Os anos de fundação dos partidos aqui analisados são, inclusive, os períodos de pior desempenho dos partidos, em relação a confiança do eleitorado. Ou seja, apesar dos partidos estarem estruturados e funcionarem enquanto organizações coesas no Parlamento (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1996), na composição dos governos (MENEGUELLO, 1998), e mesmo na arena eleitoral, pois são os canais de seleção do pessoal político nas democracias representativas (NORRIS, 2013), a “resposta dos eleitores” é um caminho, no mínimo, em aberto. A troca de partido, portanto, não representa um prejuízo aos políticos nas eleições. Podemos problematizar ainda mais este ponto e dizer, por exemplo, que este ato não constitui prejuízo a determinado político ou partido: sair do PT, pelas características constitutivas do partido, é mais danoso ao parlamentar do que sair do PMN, por exemplo. O que FRETEL (2011), ao analisar os partidos conservadores franceses, coloca como a distância entre o líder, o parlamentar, e o partido. Algo próximo, porém distinto, do “notável”, que compõe o clássico partido de quadros. A saída do partido não cessa as lealdades da rede, ou do grupo, mas as redireciona a nova sigla, afinal, as mesmas não estavam estruturadas a partir do partido, mas da “pessoa”<sup>62</sup>. Como defende MARENCO DOS SANTOS (2001, p.74): “(...) partidos conservadores baseiam-se sobretudo nos capitais e nos recursos individuais de dirigentes políticos”. Não iremos, no entanto, nos demorar neste aspecto teórico. O que parece mais importante extrair de tudo é que a “resposta dos eleitores”, no nosso sistema político, funciona de maneira distinta àquela proposta por HAUSS & RAYSIDE (1978):

- (1) As razões táticas dos eleitores são importantes, mas as escolhas em nosso sistema proporcional, e majoritário, são realizadas a partir de outros determinantes. No nível majoritário, principalmente, estes novos partidos nem partem para a disputa, afinal, os seus próprios mecanismos organizacionais (“a

<sup>62</sup> Voto como Adesão. PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

força dos partidos fracos” [GUARNIERI, 2009]), constroem atitudes “suicidas”<sup>63</sup>.

(2) e (3) As lealdades e os valores culturais ligados ao sistema partidário, apesar de estarem em consolidação (REIS, 2010), não são “impeditivos” drásticos ao surgimento de novos partidos, ainda mais quando estes se estruturam a partir de redes e grupos já consolidados. Ou seja, políticos que detém mandato e, com ele, recursos importantes.

### ***Eleições de 2014***

PSD, PROS e Solidariedade não lançaram candidatos a Presidência, mas disputaram o pleito a partir dos dois blocos majoritários deste tipo de eleição no Brasil: PSDB e PT. Os dois primeiros, como pontuamos anteriormente, compuseram a chapa de Dilma Rousseff (PT), e o último a chapa de Aécio Neves (PSDB). No nível regional, os partidos encabeçaram poucas chapas (Governador ou Vice-Governador), como expomos na Tabela 7:

Tabela 7 – Candidatos ao Executivo Estadual - PSD, PROS e Solidariedade (2014).

Partido/Estado	Governador	Vice-Governador
<b>PSD</b>		
Rio Grande do Norte	Robinson Faria	
Amapá	Lucas Barreto	
Santa Catarina	Raimundo Colombo	
Mato Grosso	Janete Riva	
Rio Grande do Sul		Cairolí
<b>PROS</b>		
Amazonas	José Melo	
Tocantins	José de Oliveira	
<b>SDD</b>		
Tocantins	Sandoval Cardoso	

<sup>63</sup> “O resultado mais relevante do ponto de vista substantivo é a constatação de que, quanto mais centralizado um partido, maior a probabilidade de ele não lançar um candidato” (GUARNIERI, 2009, p.250). Apesar do argumento de Guarnieri estar referenciado a partir do modelo organizacional dos partidos, e não do seu surgimento, podemos articular sua proposição com a de WOLINETZ (2002), acerca do partido de tipo *seeking-office*. O modelo organizacional, afinal de contas, é construído a partir do modelo originário (PANEBIANCO, 2005; DUVERGER, 1992).

Fonte: TSE (<http://www.tse.jus.br/>, acesso em 15 de maio de 2015).

Logo, a “resposta dos eleitores” só é importante quando há um interesse de que seja ouvida. No nível majoritário, no Governo Federal e nos Governos Estaduais, os novos partidos aqui analisados não tiveram esta pretensão. Comportaram-se, estrategicamente, como partidos dispostos a compor com outros, o *seeking-office* (WOLINETZ, 2002). As candidaturas vitoriosas, Raimundo Colombo, Robinson Faria e José Melo, o foram também um sentido estratégico, afinal, dois dos três eram “incumbentes”, e, enquanto detentores do mandato, tinham chances maiores de vitória, no caso de Robinson Faria, enquanto vice-governador, a lógica funciona de maneira semelhante. No nível proporcional, as bancadas foram reduzidas pelo Pleito, mas se mantiveram consolidadas.

Tabela 8: Bancadas na Câmara dos Deputados

	2011/13	2014
PSD	48	37
PROS	21	11
Solidariedade	24	15

Fonte: Câmara dos Deputados.

A importância reduzida das organizações partidárias, pelo menos no sentido da “visão” do eleitorado, ou a pouca importância de alguns partidos<sup>64</sup>, abre espaço para distintos atores. Este processo não é exclusivo do Brasil, e não deve ser colocado a partir de uma perspectiva valorativa, ou evolucionista. Que, oriunda de más interpretações da teoria de DUVERGER (1992)<sup>65</sup>, analisa o sistema partidário brasileiro a partir de parâmetros oriundos de outros contextos (PERES, 2009). Na perspectiva do “cálculo estratégico”, ou seja, na percepção das elites fundadoras de que o momento é propício para a fundação de um novo partido, a baixa identificação partidária é uma variável importante. A circulação interna de atores já consolidados, detentores de mandato, é uma possibilidade. A “resposta dos eleitores”, como podemos perceber, nas Eleições Gerais de 2014, foi satisfatória para estes partidos - no sentido dos Executivos. Os espaços foram ocupados na medida em que houve, por parte destas organizações, o interesse de ocupação dos mesmos.

---

<sup>64</sup> MANIN (2013).

<sup>65</sup> PERES, RICCI & GUARNIERI (2012).

### III. Organizações Externas

#### *Premissa*

De todas as variáveis que compõem o conceito estruturado pelos autores, esta é a, segundo os mesmos, menos relevante. HAUSS & RAYSIDE (1978, p.52): “Ao menos o sucesso inicial não é dependente de um forte suporte organizacional”<sup>66</sup>. A existência de organizações externas ao partido, extraparlamentares, como sindicatos, ou grupos de interesse, não aparece, pois, a primeira vista, como algo relevante para o sucesso “inicial” dos partidos, nem seu surgimento. Neste sentido, é necessário que realizemos algumas ressalvas, para colocar que tipo de organização está em jogo.

#### *Partidos e Organizações Externas*

A relação entre partidos e sindicatos (DUVERGER, 1992), partidos e grupos de interesse (KIRCHHEIMER, 1966), ou partidos e movimentos sociais (VAN COTT, 2003), constitui uma boa parte da análise de surgimento e organização dos partidos políticos. Em certos casos, como o do Partido Trabalhista Inglês (PANEBIANCO, 2005), a simbiose entre partido e organização (no caso sindicatos), é tão grande que há uma confusão entre as duas instâncias. Em outros casos, como por exemplo o do PT, no Brasil, a existência de uma organização externa (CUT) não ameaça o monopólio do partido no que concerne suas principais decisões internas. No caso do surgimento de novos partidos, e no nosso caso específico, a existência de organizações externas não é importante no sentido colocado por esta literatura. Somente o Solidariedade tem a forte participação de uma organização externa, a Força Sindical, em seu processo de fundação. O PSD surge a partir de um impulso organizativo interno ao campo político, parte de políticos detentores de mandato, mais especificamente governadores. O PROS, por sua vez, recebe a “adesão” de políticos ao longo de processo de fundação, com espaço destacado para alguns deputados.

Mais do que organizações externas, no entanto, podemos perceber a preponderância do “interno” no processo de surgimento. Os políticos com mandato, nos três casos, são importantes para a fundação dos partidos, pois dispõem de recursos políticos importantes. No caso do PSD, inclusive, certas Secretarias do Governo

---

<sup>66</sup> “At least initial success is not dependent on strong organizational support” (Tradução livre).

Estadual de Santa Catarina (KRAUSE & GERARDI, 2013), e da Prefeitura de São Paulo, foram utilizadas para o colhimento de assinaturas demonstram o quanto “deter” espaços de poder é determinante. Afinal de contas, estes partidos, enquanto oriundos do interior campo político, surgem a partir de estruturas já consolidadas.

#### **IV. Liderança**

##### *Premissa*

O aspecto da liderança é importante na análise, não em um sentido de mobilização popular (ao estilo do Gaullismo), mas enquanto capacidade de articulação interna. O líder, ou o agrupamento de liderança (a coalizão dominante, segundo PANEBIANCO (2005)), é de suma importância para o “impulso” inicial da organização, sendo necessária a apreensão de suas estratégias e respectivas trajetórias.

Neste sentido, com todas as ressalvas possíveis, podemos partir de BOURDIEU (1989, p.190): “(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político – (...) – à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) (...)”. O sentido da liderança, nos casos analisados, é parte da hipótese principal deste trabalho, afinal, constitui a estruturação da disputa interna do campo político. Os presidentes de PSD (Gilberto Kassab), PROS (Eurípedes Júnior) e Solidariedade (Paulo Pereira da Silva, o “Paulinho da Força”) possuem uma existência política precedente pouco “relevante” se comparada ao que as organizações puderam lhes proporcionar. O controle das zonas de incerteza (PANEBIANCO, 2005), impossíveis nos respectivos partidos anteriores, passou a se constituir como uma realidade a partir do momento que a capacidade de articulação, a força de mobilização, destas lideranças, pôde se manifestar nestes novos partidos.

Gilberto Kassab foi Secretário de Planejamento da cidade de São Paulo na Gestão Celso Pitta (PPB), filiado, primeiramente, ao já extinto PL, e, posteriormente, ao PFL (hoje DEM). Foi Deputado Federal por dois mandatos (1998-2002; 2003-2006), e, em 2004, foi eleito vice-prefeito de São Paulo, na chapa de José Serra (PSDB), assumindo a prefeitura quando este renunciou para se candidatar ao governo do estado. Eleito em 2008, apoiou, junto com seu partido, a candidatura de Serra à presidência em

2010. Neste meio tempo, como destacamos anteriormente, começou as articulações para a fundação do PSD. Na condição de presidente do partido, se lançou candidato ao Senado contra o antigo aliado Serra, em 2014, perdendo a eleição. No atual governo Dilma, aproveitando os espaços conquistados devido ao peso da bancada do partido na Câmara dos Deputados, assumiu o Ministério das Cidades. A chegada ao “núcleo do poder”, se observarmos brevemente sua trajetória, se dá a partir da articulação e criação de um novo espaço de oportunidades, no caso o PSD, que, estrategicamente, passa a exercer funções importantes na coalizão atual do Governo Dilma.

Eurípedes Júnior já é um caso de “empreendedorismo partidário”, pois surge, ao contrário de Kassab, a partir de uma condição “inferior” politicamente. Enquanto o ex-prefeito da capital paulista funda o partido a partir de um capital político específico, acumulado a partir da ocupação de cargos administrativos e eletivos (CORADINI, 2007), Eurípedes somente havia ocupado o cargo de vereador na cidade de Planaltina (GO), tendo sido filiado aos pequenos partidos: PSL e PRP. O trabalho de “colhimento” das assinaturas (0,5% do total dos votantes da eleição de 2010 Câmara dos Deputados)<sup>67</sup>, foi extenso, se comparado aos demais partidos, produto da inexistência de organizações sólidas para o patrocínio do partido<sup>68</sup>. No entanto, com a obtenção do registro e a aproximação com a Base do Governo, logo, o partido passou a ocupar espaços importantes, no primeiro governo Dilma a Pasta da Integração Nacional, e, no início de seu segundo mandato (2015-2018), o Ministério da Educação (Cid Gomes)<sup>69</sup>.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, possui uma trajetória de sindicalista. E, na condição de político vinculado a uma das principais Centrais Sindicais do País, a Força Sindical, também possuiu, desde o princípio das articulações para a fundação do Solidariedade, um capital político específico. Da militância sindical feita ainda no período ditatorial, dentro do PCdoB, ocupa a Secretária Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até chegar à presidência da “Força”. Foi candidato a vice-presidência da República em 2002, na chapa de Ciro Gomes (então no PPS), e, por duas vezes (2004 e 2012), candidato derrotado à Prefeitura de São Paulo. Em 2013, ano da fundação do Solidariedade, estava em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados.

---

<sup>67</sup> Cerca de 500 mil assinaturas.

<sup>68</sup> <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-composicao-partidaria>, acesso em 04 de maio de 2015.

<sup>69</sup> O ministro saiu, em meio ao início de uma “crise” política, logo no início do Governo.

Egresso do PDT, Paulinho, apesar de manter a candidatura à Câmara em 2014, compõe a ala “trabalhista” da candidatura de oposição nas eleições majoritárias presidenciais. A condição de presidente de uma nova legenda, se não representou aumento de espaços junto ao Executivo Federal, constitui-se como um incremento de “notoriedade” e capital político. Como oposição ao Governo Dilma, em uma conjuntura desfavorável ao mesmo, a situação “posicional” de Paulinho, estrategicamente, se torna interessante, afinal, seu partido se apresenta como uma alternativa. Na simbiose com a Força Sindical, no campo do sindicalismo, a oposição entre CUT e “Força” aparece de maneira mais clara (TRÓPIA, 2009).

Outro ponto que deve ser destacado é que, na condição de presidentes dos partidos, estes políticos passaram a deter, junto a Executiva Nacional, poder de gerenciamento sobre o Fundo Partidário, bem como poder de decisão quanto a aspectos ligados a organização do partido e as possíveis coligações, instrumentos decisivos para o controle das “zonas de incerteza”. A importância da liderança, pois, ainda segundo HAUSS & RAYSIDE (1978), reside, dentre outros fatores, na manutenção da “unidade”. A estabilidade organizativa, com o controle, por parte da coalizão dominante, das “zonas de incerteza”, impede frações ou cisões internas (PANEBIANCO, 2005). Neste sentido, podemos partir dos Estatutos destes partidos na forma de materialização dos mecanismos de controle e constrangimento que as lideranças, posicionadas nas distintas Executivas, possuem sobre o conjunto do partido – que está abaixo da mesma. GUARNIERI (2009) e RIBEIRO (2013) já destacaram estes aspectos nos partidos brasileiros: o alto grau de centralização decisória das Executivas (prevalência da Nacional sobre as Estaduais e destas sobre as Municipais), impede ações “divergentes” das diretrizes partidárias<sup>70</sup>. Estes partidos não são diferentes. As lideranças, portanto, não mantêm, somente, as lealdades a partir de incentivos coletivos (identitários), mas a partir de incentivos seletivos (materiais e de *status*). Segundo PANEBIANCO (2005, p.62): “Todo partido ou movimento que monopoliza uma identidade coletiva coloca os próprios líderes nessa condição”. Neste sentido, reforçamos nossa hipótese na forma de que estes novos partidos, atraem políticos com mandato a partir de “garantias” de poder. O estatuto do PROS, por

---

<sup>70</sup> Sendo que, caso ocorram, as Executivas tem o poder de interferir nos processos. Este é o caso, por exemplo, das Convenções. Nestas, temas como as coligações eleitorais são decididos. Candidaturas “suicidas”, com pouca probabilidade de vitória, em partidos centralizados, tendem a ser “podadas”.

exemplo, prevê a prevalência dos deputados federais para a ocupação do respectivo Diretório Estadual. Ou seja, para “cooptar” os parlamentares<sup>71</sup>, dentre outras coisas, o partido cede os benefícios, e as responsabilidades, do comando do mesmo no estado de origem.

Este é um ponto que deve ser explicado de maneira cuidadosa. Afirmamos que estes partidos são “centralizados” e, ao mesmo tempo, colocamos a questão da autonomia dos estados nas decisões específicas do contexto de disputa no qual estão inseridos. Estes dois fatos, por mais contraditórios que possam parecer, obedecem a uma lógica. A autonomia dos estados é garantida a partir de interesses. O PSD nacional, por exemplo, apoiou a eleição de Dilma, enquanto, em Santa Catarina, Raimundo Colombo teve, em sua campanha, a oposição do PT. Esta aparente “incongruência” é, na verdade, uma característica específica do modelo político brasileiro. A importância de Raimundo Colombo, como político que além de aderir ao partido ajudou em sua construção, impede constrangimentos da Executiva Nacional. Neste sentido, é o PT do estado que está em “rota de conflito” com a esfera nacional. Caso semelhante é do Major Fábio (PROS-PB), que, mesmo sem chances eleitorais, se candidata ao governo da Paraíba. Enquanto presidente estadual do partido, e fundador, não é contrariado pela Executiva Nacional. A configuração de poder, pois, é adaptável aos contextos.

## **V. Considerações Preliminares**

- As variáveis que compõem o conceito de facilitadores políticos (HAUSS & RAYSIDE, 1978), nos auxiliam no processo de reconstrução dos surgimentos de PSD, PROS e Solidariedade. No entanto, de maneira distinta àquela proposta pelos autores.

- O comportamento dos partidos consolidados, por exemplo, funciona de maneira contrária. A fundação destes novos partidos se dá a partir, inclusive, de um processo de patrocínio dos partidos consolidados, principalmente o PT e o PSDB. No entanto, como podemos perceber a partir da variável seguinte (a resposta dos eleitores), este apoio, ou patrocínio, acontece em relação a interesses específicos, em uma perspectiva relacional.

---

<sup>71</sup> Importantes para a definição de recursos legais como a definição do HGPE, por exemplo, que é calculado, como colocamos anteriormente, pelo tamanho da bancada do partido na Câmara dos Deputados.



As dinâmicas de competição nacional e regionais demandam estratégias diferenciadas. No plano nacional, PSD e PROS apoiam o Governo Federal, compondo a base e a coligação, enquanto o Solidariedade opta pela oposição. Nos planos regionais, o reduzido lançamento de candidaturas demonstra que estes partidos agem a partir de composições que são diferenciadas de acordo com os contextos.

- Quanto a existência de organizações externas e o aspecto da liderança, ambas variáveis são importantes, mas, igualmente, funcionam na “prática” distantes do que é proposto pelos autores. A organização externa só é importante no caso do Solidariedade, sendo que o PSD se estrutura conjuntamente às máquinas estaduais e o PROS, apesar do início “empreendedor”, é “fatiado” segundo interesses regionais específicos. A liderança, neste sentido, também é importante, mas em um sentido “interno”. Os presidentes dos partidos não fundamentam o surgimento destes a partir de “mobilização” externa (popular), mas a partir da mobilização interna, enquanto articulação de políticos já detentores de mandato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos articular dois níveis de análise: em um nível geral, analisar as condições e dinâmicas gerais que explicam o surgimento de novos partidos no Brasil (no recorte temporal proposto); e, em um nível específico, dar conta do surgimento de três novos partidos: PSD, PROS e Solidariedade. Nosso principal problema foi entender em que contexto surgem estes partidos e por quê. Desta forma, trabalhamos com referenciais teóricos de uma bibliografia que trata do fenômeno dos novos partidos, principalmente a partir de dados empíricos “colhidos” em democracias ditas consolidadas (TAVITS, 2006; HARMEL & ROBERTSON, 1978), de uma bibliografia que trata da temática partidária no Brasil (ROMA, 2002; GERARDI & KRAUSE, 2014; RIBEIRO, 2013; GUARNIERI, 2009; MARENCO DOS SANTOS, 2001)<sup>72</sup>, assim como a partir de um conceito que “transversalizou” todo nosso esforço de síntese, o conceito de campo político (BOURDIEU, 1989; 2011).

O campo, enquanto microcosmos do social, se estrutura a partir de regras e dinâmicas próprias. Estes partidos surgem, como demonstramos, “internamente”, ou seja, a partir das regras e dinâmicas específicas do campo político brasileiro. Nem os constrangimentos institucionais (ou ausência destes), nem a conjuntura política, isoladamente, dão conta do fenômeno. Estes elementos são importantes, porém não suficientes. A dinâmica dos atores, operacionalizadas a partir de um “cálculo estratégico” (TAVITS, 2006; 2008), ou a partir de facilitadores políticos (HAUSS & RAYSIDE, 1978), constituem aspectos essenciais para o entendimento deste processo. Os partidos, portanto, apesar dos novos registros, são organizados por grupos e lideranças já inseridas no jogo político formal que, com eles, abrem espaços de oportunidades. Neste sentido, devemos partir de uma perspectiva relacional: ao mesmo tempo em que as elites fundadoras abrem estes espaços, outros agrupamentos percebem neles possibilidades. No caso do PSD, esta dinâmica está mais clara com o movimento de políticos da oposição para a situação. No PROS a direção é a mesma, mas a origem nem tanto, afinal o que podemos observar é quase um movimento de acomodação intra-base (no que concerne, principalmente, a Câmara dos Deputados). O

---

<sup>72</sup> No que concerne a organização, o funcionamento e o surgimento de partidos no país.

Solidariedade, porém, representa um sentido e uma origem distintos, afinal, os parlamentares saem da base, em sua maioria, para compor um espaço de oposição ao governo.

Estes partidos surgem a partir de demandas internas do campo e as lideranças que os fundam, mais do que buscam aproximação com o governo, buscam novos recursos e espaços políticos. Neste sentido, como também reforçamos ao longo do trabalho, não podemos analisar este fenômeno a partir de um olhar externo, estranho, como se estes processos fossem exclusivos do Brasil, ou denotam, como muitos autores afirmam, uma fraqueza congênita de nosso sistema partidário. Tivemos, portanto, de adaptar e, mesmo, problematizar, algumas variáveis utilizadas na análise corrente.

Logo na revisão bibliográfica, apesar de referenciar alguns textos “clássicos”, tratamos de partir de nossa perspectiva e colocá-los em questão. As tipologias, desta forma, apesar de importantes, não foram colocadas como cânones da análise. Mesmo a bibliografia específica sobre novos partidos deve, como foi, ser pensada a partir de outros contextos. O conceito de “cálculo estratégico” foi utilizado como um modelo, um guia, que não necessariamente foi seguido a risca. Em certas variáveis, o uso foi justificado e útil, principalmente no que concerne os “custos de entrada”. O peso da legislação, seus incentivos e constrangimentos, no impacto do surgimento de novos partidos, é importante. No caso analisado, observamos que os diversos mecanismos que regulam a formação e a atividade dos partidos são condições necessárias, porém insuficientes para explicar o surgimento destes novos partidos. Como colocado por pesquisas anteriores (HARMEL & ROBERTSON, 1985; NICOLAU, 1996), fatores como a representação proporcional, a lista aberta e o tamanho do distrito surgem mais como não impeditivos, do que necessariamente incentivos. O “possível suporte eleitoral”, no entanto, por falta de melhor clareza conceitual e acesso a dados, foi o ponto fraco da aplicação do modelo. Termos como “integração social”, e “idade da democracia”, ficaram deslocados, assim como as variáveis: inflação, crescimento do PIB e desemprego. Por fim, os “benefícios de composição”, ou “acesso ao gabinete”, foram explicitados a partir de outra perspectiva. Analisamos, ao contrário de TAVITS (2008), não o que representaria, para estes partidos, o acesso ao Gabinete (Executivo), mas sim os padrões de recrutamento de PSD, PROS e Solidariedade no que concerne os partidos anteriores e a direção da

migração. A aproximação ou o afastamento do Governo, logo, mereciam alguma análise mais robusta. De modo geral, no entanto, extraímos o ponto essencial do argumento de Tavits, qual seja: os partidos surgem porque há a vontade de um grupo que isto aconteça. Não se trata, pois, de uma relação mecânica: representação proporcional = novos partidos, mas algo mais dinâmico que, no caso brasileiro, necessitaria, em algum trabalho posterior, a construção de um modelo próprio de análise. Um modelo que levasse em conta as particularidades do desenvolvimento político-partidário do país.

A noção de facilitadores políticos, também, que utilizamos na última parte do desenvolvimento do trabalho, para reconstruir, de maneira mais próxima, o surgimento destes partidos, funcionou de maneira distinta àquela proposta por HAUSS & RAYSIDE (1978). Pudemos, então, adaptar esta noção, ou conceito, ao caso analisado, buscando novos elementos. As variáveis, e suas premissas de funcionamento, foram desconstruídas ao longo do texto, na medida em que apresentamos dados sobre as constituições específicas de PSD, PROS e Solidariedade. No caso destes partidos, não houve um processo, por parte das organizações mais consolidadas, de “impedimento”, a não ser dos atores mais afetados (DEM, PSB e PDT). Os partidos que orientam a disputa majoritária em nível nacional, PT e PSDB, ao contrário, incentivaram o surgimento destes partidos de acordo com interesses e dinâmicas específicas.

A “resposta dos eleitores”, também, é interessante. Quando partidos surgem com o intuito de “compor” (*Office-seeking*) e não de disputar, a resposta dos eleitores, ao menos de maneira direta, não é tão importante assim, ou o é em um sentido diferente. Os três partidos que analisamos não partiram para a disputa direta (majoritária) de modo geral, e, quando o fizeram, se estruturam em um sentido estratégico, em estados com altas chances de vitória. A penúltima variável que compõe o conceito, a existência de organizações externas, se mostrou insuficiente. Somente o Solidariedade teve o claro apoio de uma organização: a Força Sindical.

Por fim, remetemos pouco tempo a variável que, de certo modo, é central para todo este trabalho: a liderança. As elites, ou grupos políticos, que formam PSD, PROS e Solidariedade, obtiveram, com a formação destes, beneplácitos políticos importantes, tais como: o aumento da visibilidade (no caso da oposição ao Governo Dilma: Paulinho da Força); e a conquista direta de cargos no Executivo Federal (caso de Gilberto Kassab

e de Cid Gomes). Mas, mais do que isso, ao “circularem”, ou seja, migrarem de seus partidos anteriores, estas lideranças, em dinâmicas particulares, abriram mais espaço de ação<sup>73</sup>, detendo recursos (HGPE e o Fundo Partidário), importantes para as disputas eleitorais. Partindo de um raciocínio exploratório, poderemos, em algum trabalho posterior, desenvolver esta questão de forma mais densa, descrevendo, por exemplo, as redes que, em nível nacional e nos estados, fundam estes partidos, e a partir de quais interesses.

Em suma, nosso trabalho, apesar de suas limitações, buscou apresentar indícios que reforçam questões pertinentes ao debate da Ciência Política brasileira atual. Entender como surgem e se estruturam estes partidos, e a partir de quais condições, parece um objetivo interessante dada a enxurrada de opiniões, tanto positivas quanto, em sua maioria, negativas, acerca do sistema partidário brasileiro e suas, possíveis, limitações e lacunas.

---

<sup>73</sup> BOURDIEU (2011, p.204): “(...) o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido”. Esta é a questão essencial do trabalho: o peso dos agentes políticos que fundam estes partidos nos partidos imediatamente anteriores é consideravelmente menor do que nos “novos” partidos, por eles iniciados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº 2, 2002, pp. 137-157.

\_\_\_\_\_. **Origen de los partidos políticos latinoamericanos**. In: ALCÁNTARA, Manuel y FREIDENBERG, Flavia (eds.). Partidos políticos de América Latina. 3 Vol. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2001.

AMARAL, Oswaldo E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, 2013, 7 (2), 159-171.

\_\_\_\_\_. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.1, p. 1-44, 2011.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BAQUERO, Marcello. **As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política**. In: BAQUERO, Marcello. Abertura Política e Comportamento Eleitoral: nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1984.

\_\_\_\_\_. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15 no.4 São Paulo Out./Dez. 2001.

BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. ‘Out with the old, in with the new’: What constitutes a new party?. **Party Politics**, 2011, nº 17.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

CARREIRÃO, Yan. **O Sistema Partidário Brasileiro: Um Balanço de Tendências Recentes**. 3º Encontro da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2012.

CORADINI, Odaci. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26, nº 01 Janeiro/Abril de 2011.

CORBELLINI, Juliano. **O Poder como Vocação: O PFL na Política brasileira**. 2005. Tese de doutorado. UFRGS.

CORTEZ, Rafael; LIMONGI, Fernando. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, nº 88, Novembro de 2010.

DOWNS, Anthony. Na Economic Theory of Political Action in a Democracy. **The Journal of Political Economy**, vol. 65, Issue 2 (April 1957), pp. 135 – 150.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. **BIB**, São Paulo, nº 53, 1º semestre de 2002, pp. 79-102.

FRETEL, Julien. Qual a sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp.321-349.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, 1995, 38 (3): 497-525.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.55, nº 4, 2012, pp. 951 a 986.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GUARNIERI, Fernando; LIMONGI, Fernando. A Base e os Partidos: As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos**, nº 99, Julho de 2014.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John. Formation and success of new parties: a cross-national analysis. **International Political Science Review**, Vol. 6, nº 4, October 1985, 501-523.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. **The development of new parties in western democracies since 1945**. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. *Political Parties: development and decay*. Beverly Hills: Sage, 1978.

HUNTER, Wendy. **The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989–2009**. Cambridge: University Press, 2010.

IGNAZI, Pierro. The Crises of Parties and the Rise of New Political Parties. **Party Politics**. Vol. 2, nº4, 1996.

\_\_\_\_\_. The Re-emergence of the Extreme Right in Europe. **Reihe Politikwissenschaft**, 21, März, 1995.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. **Party Politics**, 01, pp. 5-28. 1995..

KECK, Margareth. **PT A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Editorial Ática, 1991.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana y LUCCA, Juan B. “Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?”. **Revista Debates**, 2013, 7 (2), 159-171.

KINZO, Maria D'alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of the Western European Party**. In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and political Development*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

KRAUSE, Silvana; GERARDI, André. **PSD: Radiografia de um “emergente” no cenário partidário brasileiro. Quando o instituído é a máquina organizativa**. Projeto. Apresentação ABCP, 2013.



---

\_\_\_\_\_ . **Executivo Estadual faz a diferença? A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012.** IX Encontro da ABCP. 04 a 07 de agosto de 2014.

LACERDA, Alan Daniel. “O PT e a Unidade Partidária como Problema”. **Dados**, 2002, 45 (1): 39-76.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **The Origin and Development of Political Parties.** In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and political Development.* Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LÓPEZ, Santiago. “Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones”. **Revista de Ciencia Política** (Santiago), 2005, 25 (2): 37-64.

LUCARDIE, Paul. Prophets, Purifiers and Prolocutors: Towards a Theory on the Emergence of New Parties. **Party Politics**, vol.6, nº2, 2000, pp.175-185.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente.** In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina.* Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Introducción: Sistemas de Partidos en la América Latina.** In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina.* Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAIR, Peter. **Party Organizations: From Civil Society to the State.** In: KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies.* Londres: Sage Publications, 1994. p. 1-21.

MANIN, Bernard. A Democracia do Público Reconsiderada. **Novos Estudos**, nº 97, Novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V.10 n.29 São Paulo out. 1995.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas Fronteiras do Campo Política: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V.12 n.33 São Paulo fev. 1997.

\_\_\_\_\_. Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil: Tendência e Descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 45, pp. 69-83.

MARENCO DOS SANTOS, André; NOLL, Maria Izabel. Décadas de Michels: Marcos Contextuais e Prazo de Validade para a Lei de Ferro. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v.20, nº 44, p.63-72, novembro de 2012.

MENEGUELLO, Rachel. PT. **A Formação de um partido: 1979-1982**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMIDT, Rogério Augusto. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Lua Nova**, nº 36, 1995.

NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, nº 46, 11-32, junho de 2013.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSTROGORSKI, Moisei. **Democracy and the Organization of Political Parties**, Vol. I [England] and Vol. II [United States]. New York: MacMillan and Company, 1902.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR; Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol.13, nº2, 2007, pp. 388-408.

PERES, Paulo. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Nº 68, 2º Semestre, 2009, pp. 17-58.

PERES, Paulo; RICCI, Paolo e GUARNIERI, Fernando. **How brazilian parties organize: Centralization by strategic leadership design**. [Manuscrito], 2012. Disponível em: <http://works.bepress.com/pauloperes/19/>. Acesso em: 25 de março de 2015.

RANULFO MELO, Carlos. **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro**. In: NICOLAR, Jairo e POWER, Timothy J. Instituições representativas no Brasil: Balanço e Reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade Política, Desigualdade e Partidos Brasileiros. **Novos Estudos**, 87, julho de 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005**. São Carlos: EdUFScar, 2010.

\_\_\_\_\_. Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

RIBEIRO, Ricardo Mendes; SIMONI JUNIOR, Sergio. **O Surgimento do PSD e o Sistema Partidário Brasileiro**. Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR – Curitiba, 31 de Julho de 2013 a 02 de Agosto de 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17 no 48 fevereiro/2002.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, nº 49, junho de 2002.

SAWICKI, Frédéric. **Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias**. In: MARENCO DOS SANTOS, André. Os Eleitos: Representação e Carreiras Políticas em Democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SIKK, Allan. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, London, v. 18, n. 4, p. 465-486, jul. 2012.

TAVITS, Margit. "Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies." **British Journal of Political Science**, 2008, 38 (1): 113-133.

\_\_\_\_\_. Party Systems Change: Testing a New Model of New Party Entry. **Party Politics**. Vol.12, nº 01, pp. 99-119. 2006.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. El sindicalismo brasileño en disputa en los años 90: origen, raíces sociales y adhesión activa de la fuerza sindical al neoliberalismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**; 15(3); 57-80; 2009.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion. Bolivia's 2002 Elections. **Journal of Latin America Studies**, London, v. 35, n. 4, p. 751-755, nov. 2003.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília : Ed. da Unb, 2004. Volume 1.

WILLEY, Joseph. Institutional Arrangements and the Success of New Parties in Old Democracies. **Political Studies**, 1998, 46: 651-668.

WOLINETZ, Steven. **Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies**. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. and LINZ, J. (Eds.), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

## ANEXOS

### Anexo I (Índice de Newness).

Face do Partido	Crítérios	Indicadores
<b>Partido e Eleitorado</b>	Nomenclatura de Legenda	- Nomenclatura nova; - Nome com resquícios de legendas antigas; - Nome antigo (reativação de antiga legenda).
	Ideologia	- Bandeiras não contempladas por partidos existentes; - Bandeiras parcialmente contempladas por partidos existentes; - Bandeiras já contempladas.
	Eleitorado	- Eleitorado específico; - Mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas; - Eleitorado antigo (migrante de outra legenda).
<b>Partido como Organização</b>	Status Legal e Formal	- Reconhecido legalmente como novo; - Em processo de reconhecimento; - Não reconhecido como novo (partido antigo);
	Instituições Internas	- Novas instituições e procedimentos internos; - Antigas instituições e procedimentos internos.
	Militantes	- Grupo de militantes específico; - Mistura entre grupo de militantes específicos e antigos grupos; - Antigo grupo de militantes.
<b>Partido Incumbente</b>	Representantes	- Maioria de candidatos e parlamentares insiders; - Mistura entre insiders e outsiders; - Maioria de candidatos outsiders.
	Programa	- Maior parte do programa não contemplado por legendas existentes; - Programa parcialmente contemplado por legendas existentes; - Programa contemplado por legendas existentes.

Fontes: BENNECH, Anna Paula. O surgimento de novos partidos e o caso do PSD. Trabalho de conclusão de curso, Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS. 2013.

BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. 'Out with the old, in with the new': What constitutes a new party? Party Politics, 2011, nº 17.